



ISSN 2675-5238



Revista imensão

Investigação Científica
Acadêmica e Profissional



www.editorahawking.com.br

v.1 n.1 janeiro/março 2020

 **hawking**
EDITORA



Revista Dimensão
v.1 n.1 janeiro/março 2020

Maceió-AL
2020



EDITORIAL: Andrea Marques Vanderlei Fregadolli

REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Hawking

DIAGRAMAÇÃO E DESIGNER DE CAPA: Editora Hawking

IMAGENS DE CAPA: canva.com

ARTE FINAL: Editora Hawking

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



A Revista Dimensão está sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Dimensão a partir do seu smartphone ou tablet, escanei o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista Dimensão /Editora Hawking

- Vol 1, n.1 (2020) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2020 –
Trimestral

ISSN impresso

1. Revista Dimensão – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

2020 Editora Hawking

Avenida Comendador Gustavo Paiva, 3330, Mangabeiras.

Em frente ao Extra Mangabeiras e próximo ao Shopping Maceió.

Disponível em: www.editorahawking.com.br

editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Dr^a Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana de Lima Mendonça

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

Dr. Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)

Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)

Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Jamyle Nunes de Souza Ferro

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016)

Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

Dr^a. Laís Agra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr. Patrocínio Solon Freire

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)

Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)

Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)

Especialista em Gestão Educacional pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009)

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

Dr. Rafael Vital dos Santos

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/300068446222111>

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Laís Agra da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr^a. Lucy Vieira da Silva Lima

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

Dr. Rafael Vital dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

SUMÁRIO

EDITORIAL	4
<i>Andrea Marques Vanderlei Fregadolli</i>	
PROVIMENTO DO CARGO DE GESTOR ESCOLAR: DA INDICAÇÃO POLÍTICA À ELEIÇÃO DIRETA	7
<i>Edileuza Gomes dos Santos</i>	
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E SUAS INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	19
<i>Edivania Maria Silva de Lima</i>	
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LINGUAGEM ESCRITA	29
<i>Fernanda Guerra Melo da Silva</i>	
PORTADORES DE DISLEXIA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	38
<i>Aracy Felix Silva</i>	
O DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E A QUALIDADE DE VIDA NO ÂMBITO TRABALHISTA	45
<i>Maria Betânia Costa Góes</i>	
A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO NA REDE SUS HOSPITALAR	56
<i>Suzana Peixoto de Araújo</i>	
<i>Júlia Cláudia Tenório</i>	
<i>Marcelo Henrique Santos</i>	
<i>Betijane Soares de Barros</i>	
VALOR NUTRICIONAL E POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DO RESÍDUO DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS PARA MONOGÁSTRICOS	64
<i>Rosa Cavalcante Lira</i>	
<i>Thales José de Lima Belém</i>	
<i>Alany Cristyane Felix da Silva</i>	
<i>Paulo Vanderlei Ferreira</i>	
<i>Elton Lima Santos</i>	
<i>Sofia Pessoa Lira Souza</i>	
<i>José Edmar de Lira</i>	



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDITORIAL

Andrea Marques Vanderlei Fregadolli¹

A Revista Dimensão conta com artigos originais e de revisão da área da educação, saúde e ciências agrárias, desenvolvidos em mestrados e doutorados acadêmicos e profissionais de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

No âmbito da educação, houve discussão sobre as formas do provimento do cargo de gestor e sua influência no modelo de gestão das escolas públicas, por meio da indicação política e a eleição direta, com participação da comunidade escolar; reflexão e desenvolvimento de práticas educativas histórico-críticas, criativas e inovadoras, levando em consideração a diversidade de situações, condições e necessidades educativas no espaço escolar; esclarecimento sobre as diversas dificuldades, durante a alfabetização, que as crianças encontram na linguagem escrita, de modo a indicar as implicações que acontecem nesse processo.

Para Tabile e Jacometo (2017) os professores tendem a caracterizar a responsabilidade da dificuldade de aprendizagem na família e a própria criança, e não só acreditam na influência positiva das dinâmicas para motivação e aprendizagem do aluno como também consideram a lição de casa como excelente estímulo para aprendizagem.

O fator qualidade de vida no trabalho foi explorado, nesta edição da Revista Dimensão, o qual deve estar presente em todas as organizações (públicas e privadas), visto que, reflete nos aspectos comportamentais, ambientais e organizacionais. Entendeu-se que a competitividade e a qualidade das atividades desenvolvidas eram significativas para a produtividade individual e coletiva. A investigação científica também teve seus holofotes voltados para o processo ao qual um indivíduo com dislexia sofre na aprendizagem. É sabido que maior parte das dificuldades com as quais as crianças disléxicas se deparam ocorre no âmbito da palavra individual, sendo necessário entender a divisão do que é ser “normal” do patológico.

¹ Doutora em Ciências (UFAL). Mestre em Modelagem Computacional do Conhecimento (UFAL). Professora da graduação de Medicina e do Mestrado Ensino na Saúde da Faculdade de Medicina (UFAL).

Segundo Sampaio, Paixao e Perottino (2019) a impetração da escrita é um dos efeitos da compreensão da linguagem, a qual determina a noção de distúrbio, dislexia ou disgrafia. A ilegibilidade da escrita de AC, criança diagnosticada como disléxica, é um indício de submissão do sujeito ao jogo de significantes, especialmente no valor icônico (imagem) das letras, já que posto em relação com os desenhos, mas com poucas possibilidades de reformulação/escuta/leitura do que AC produz.

Na saúde, houve esclarecimentos sobre a importância do processo de humanização na rede SUS hospitalar, frente ao processo de trabalho. Nesta rede, o atendimento deve ser acolhedor, humanizado, alinhado com os gestores, para uma prática efetiva direcionada pela tríade profissional/gestor/paciente.

Souza e Mauricio (2018) esclarecem que, a depender das bases da desumanização, seu enfrentamento deve ir além da esfera subjetiva-relacional, a fim de atingir a dimensão coletiva da luta de classes, contra o capital. Para eles, deve-se articular a luta particular contra os efeitos desumanizadores do capital na saúde com a luta mais geral, contra o capital nas suas linhas mais fundamentais.

No contexto das ciências agrárias, a discussão foi pautada na viabilidade e potencial de utilização de resíduos e coprodutos como alimentos para aves, sendo necessário estudos sobre a caracterização, aplicação de métodos de tratamento, determinação de seu valor nutritivo, avaliação do desempenho produtivo e econômico dos animais, bem como sistemas de conservação, armazenagem e comercialização.

No cenário atual, há um destaque cada vez mais na busca de alternativas viáveis para a diversificação da produção de ração animal, baseada no aproveitamento de resíduos como complemento ou base dos suplementos minerais para bovinos, visto que promove o desenvolvimento regional, incentivando a produção sustentável e a viabilidade econômica de novas formas de reaproveitamento de resíduos para a cadeia produtiva de ração animal (BARBOSA et al., 2013).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Igor Silva et al. A viabilidade econômica e sustentável da utilização dos resíduos da produção farinheira na ração de bovinos em conceção do Araguaia – PA . IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Salvador/BA - 25 a 28/11/2013.

SAMPAIO, Nirvana Ferraz Santos; PAIXAO, Tauana Nunes; PEROTTINO, Silvana. Uma discussão a respeito da dislexia - o sujeito na sua relação com a escrita. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei , v. 14, n. 1, p. 1-18, mar. 2019 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jul. 2020.

SOUZA, Diego de Oliveira; MAURICIO, Jane Carla. A antinomia da proposta de humanização do cuidado em saúde. *Saude soc.*, São Paulo , v. 27, n. 2, p. 495-505, June 2018 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000200495&lng=en&nrm=iso>. access on 21 July 2020. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018164811>.

TABILE, Ariete Fröhlich; JACOMETO, Marisa Claudia Durante. Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso / Factors influencing the learning process: a case study. *Psicopedagogia* ; v.34, n.103, p.75-86, 2017.

BARBOSA, Igor Silva et al. A viabilidade econômica e sustentável da utilização dos resíduos da produção farinheira na ração de bovinos em conceção do Araguaia – PA . IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Salvador/BA - 25 a 28/11/2013.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

PROVIMENTO DO CARGO DE GESTOR ESCOLAR: DA INDICAÇÃO POLÍTICA À ELEIÇÃO DIRETA

Edileuza Gomes dos Santos²

RESUMO

Este artigo traz um recorte de uma dissertação de mestrado que analisou as formas do provimento do cargo de gestor e sua influência no modelo de gestão das escolas públicas, tendo como foco o município de Olinda-PE. Para se comprovar essa questão, fez-se necessário investigar especificamente; a indicação política e a eleição, com participação da comunidade escolar; o que se apresenta aqui em forma de artigo. Os resultados obtidos confirmam que a forma do provimento do cargo de gestor não influencia no modelo de gestão da escola a ponto de determiná-lo, visto que outros fatores internos e externos também interferem diretamente nesse contexto. Por fim, recomenda-se que outras formas de provimento do cargo de gestor, com novas estruturas, que respondam melhor aos anseios da contemporaneidade podem e devem ser submetidos à prova, sem que com isso haja retrocesso das questões já reconhecidas, como avançadas.

Palavras-chave: Modelo de gestão. Indicação política. Eleição de gestor.

Submetido em dezembro de 2019 e aceito em janeiro de 2020.

² Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (1992), pós graduação em Psicopedagogia pela UPE (2002) e Mestrado em Ciências da Educação, pela Universidade Americana- República del Paraguay (2016).

INTRODUÇÃO

O desempenho do gestor escolar, frente à instituição que dirige, está condicionado a uma série de elementos e circunstâncias que nem sempre estão atrelados à sua competência técnica e administrativa. Elementos internos e externos ao contexto escolar tem influência direta em sua forma de gerir a escola. É neste contexto, que o estudo investiga se a forma de provimento do cargo de gestor influencia no modelo de gestão adotado pela escola. Para isso, faz-se necessário também, analisar as duas principais formas de acesso a este cargo: A indicação política e a eleição para gestores.

As teorias aqui apresentadas estão respaldadas à luz dos estudos e pesquisas de autores como: Paro (2000, 2008, 2012, 2015); Dourado (1998); Ferreira (2013); Gadotti (2010); Freire (2005, 2011); Luck (2010, 2011, 2014) e outros. As concepções desses autores serão confrontadas com as informações coletadas em lócus, através de questionários e entrevistas, realizadas com gestores e conselheiros escolares.

A análise dos dados adotará um enfoque misto, também chamado de quali-quantitativo, pois levará em consideração tanto os aspectos quantitativos, quanto qualitativos, utilizando-se para isso, o método de triangulação concorrente, também chamado por Sampiere (2010, p.570) de

“triangulação de dados”. Nesse caso, o investigador confirma os resultados e efetua sua validação, cruzando os dados quantitativos e qualitativos.

O marco teórico construído para fundamentar este artigo encontra-se organizado em três seções: Inicialmente são apresentadas as principais formas de provimento do cargo de gestor escolar adotadas no Brasil, com ênfase à indicação política e a eleição; em seguida se apresentam pesquisas que tratam de avanços, entraves e expectativas em relação à eleição; por fim, uma análise crítica da postura do gestor eleito, no exercício de sua função.

O estudo partiu da premissa de que a forma de provimento ao cargo de gestor, influencia no modelo de gestão adotado na escola. No entanto, os teóricos pesquisados, assim como os dados coletados durante a pesquisa, comprovam que o modelo de gestão da escola é resultante de uma série de fatores, onde a forma de acesso ao cargo de gestor não é um fator determinante.

Preliminarmente ao discorrimento sobre essas duas formas de acesso ao cargo de gestor, faz-se necessário compreender outras formas de provimento a este cargo, ainda existentes no Brasil, mesmo não sendo objeto desse estudo, torna-se necessário conhecê-las.

Dentro do contexto educacional brasileiro, ainda é possível encontrar

diversos mecanismos de provimento do cargo de gestor escolar – seja para gerir as escolas públicas municipais ou estaduais. Entre as formas comumente utilizadas, destacam-se: 1) diretor livremente indicado pelos poderes públicos (estados e municípios); 2) diretor de carreira; 3) diretor aprovado em concurso público; 4) diretor indicado por listas tríplexes ou sêxtuplas, os também chamados processos mistos; e 5) eleição direta para diretor. (Caderno 5/ Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares/MEC 2004).

Estes mesmos mecanismos ou modalidades são apresentados por Dourado (2013), com a seguinte nomenclatura e definição: a) Indicativa, forma de acesso na qual os representantes políticos indicam os gestores; b) Direta, onde a comunidade escolar pode votar no gestor mais qualificado para o cargo; c) Seletiva, por meio de uma prova específica em que se verifica se o candidato a gestor está munido dos conhecimentos necessários para exercer a função; d) Seletiva e Direta, neste caso, dá-se por meio de concurso, ou outra forma de seleção e, após classificados, os candidatos são submetidos à aceitação da comunidade, através do voto ou da aprovação de suas propostas de gestão.

Algumas dessas modalidades passaram a ser menos utilizadas com o decorrer dos anos e outras foram surgindo mediante às novas concepções de educação

e de gestão, levanto-se em consideração, também, posições políticas e ideológicas dos dirigentes locais durante os seus respectivos mandatos.

Apesar dessas constatações, as duas formas de acesso ao cargo de gestor escolar em maior incidência no Brasil, atualmente, são a eleição direta e a indicação política, portanto, são a essas duas formas a que se detém esse estudo.

Historicamente justificada, a escolha de Diretor e Vice-Diretor de Escolas públicas vinham sendo de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo, nas três esferas de Governo, servindo, muitas vezes, de instrumento de acomodações políticas. Todavia, as práticas administrativas ou os modelos de gestão dessas escolas dirigidas por pessoas indicadas por força de injunções políticas acabavam sendo associadas a gestões ineficientes, além de refratárias às práticas modernas ditadas pela pedagogia, ou pelo modelo de administração gerencial que tem sido adotado mundo afora.

Em suma, a indicação política ou livre indicação é aquela em que o gestor escolar é conduzido a este cargo de confiança, por indicação de um gestor público. Na maioria dos casos, pautado na troca de favores, nos interesses pessoais e eleitoreiros ou ainda por pressão partidária.

Nesse caso, as autoridades do executivo faziam – e ainda fazem – as suas

indicações sem o respaldo da comunidade escolar. Conforme excerto extraído do caderno 5, fornecido pelo MEC, que trata sobre o Fortalecimento dos Conselhos Escolares:

Essa modalidade articulada ao conservadorismo político permitia, portanto, a transformação da escola em um espaço instrumentalizador de práticas autoritárias e mecanismo de barganhas políticas as mais diversas, evidenciando forte ingerência na gestão escola.

Esse espaço de barganha política em que a escola se transformou também é criticado por Dourado (2013), quando ele o chama de “curral” eleitoral. Tal expressão é usada no meio político para indicar o poder de opressão dos dominantes; no caso em questão, essa opressão se materializa pela imposição do nome do gestor, sem que a comunidade escolar possa opinar ou questionar essa decisão.

METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma revisão de literatura, não sistemática, de natureza qualitativa descritiva. Utilizou-se como fonte de pesquisa livros e documentos

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar as formas de provimento do cargo de gestor escolar, em maior incidência no Brasil, percebe-se que a

Já o processo de eleição para gestores, pode apresentar-se de diversas formas, dependendo do modelo traçado, das condições operacionais ou das limitações encontradas pelos órgãos executores. Ele pode sofrer alterações desde o colégio eleitoral – que pode se restringir a uma parte da comunidade escolar ou a sua totalidade – até o estabelecimento de certos mecanismos de avaliação, como: provas específicas, apresentação de planos de trabalho, participação em cursos de formação etc.

Não por acaso, essa modalidade de acesso ao cargo de gestor é a mais polêmica. É defendida por todos que acreditam que esse é um mecanismo legítimo para a redemocratização da escola e das relações sociais mais amplas. Mas é criticada por outros, que não acreditam ou que deixaram de acreditar por terem suas expectativas frustradas em relação a tal processo.

obtidos de bibliotecas físicas e virtuais. As categorias temáticas desenvolvidas após análise das fontes foram: eleição ou indicação: O que dizem as pesquisas? e uma análise crítica da postura do gestor eleito.

eleição é a forma mais utilizada pelos Estados e Municípios, que veem neste mecanismo um passo significativo no sentido de garantir a democratização da gestão; já à indicação política - segunda

forma de provimento ao cargo de gestor – ainda utilizada –, esta é vista como um retrocesso, diante das atuais discussões sobre gestão democrática e participativa.

É consenso também entre os teóricos que a eleição por si só não garante a efetivação da gestão democrática, contudo é um caminho que leva a outros princípios defendidos por este modelo de gestão, como: a crescente autonomia da escola, a descentralização da gestão, uma maior participação da comunidade escolar, criação ou fortalecimento, - onde já se têm, de fóruns de discussão, conselhos de gestores, conselhos escolares, grêmios estudantis, dentre outros mecanismos de participação. Sabe-se, porém, que a democratização da escola está atrelada à democratização da própria sociedade, o que implica uma luta que ultrapassa os muros das escolas.

Em consonância com esses teóricos, os sujeitos participantes da pesquisa, apontam como sendo esses os principais responsáveis pelo modelo de gestão implantado pela escola: A forma como o gestor atua em sua administração; o grau de autonomia em que o Conselho Escolar e a própria escola se encontram; o nível de integração e participação da comunidade escolar; as orientações emanadas de Secretaria de Educação e o nível de maturidade política da comunidade onde a escola se insere.

Em suas falas, observa-se que a presença da comunidade na escola e o reconhecimento da importância do Conselho Escolar nos momentos decisórios da escola, precisa se dar de forma mais permanente e não apenas em momentos pontuais, como é o caso da eleição para gestores. Para os participantes da pesquisa esse é um movimento legítimo e natural, independente da escola ser gerida por um gestor eleito ou indicado.

Percebe-se consenso também, entre os gestores entrevistados, ao afirmar que não existe nenhum impedimento por parte deles ou da Secretaria de Educação para que práticas democráticas sejam implantadas na escola, independente da forma de ascensão ao cargo, ao contrário, essas práticas são estimuladas e garantidas; possibilitando assim, um progressivo grau de autonomia à escola e, conseqüentemente, ao gestor escolar, na condução da sua gestão.

Quanto às dificuldades apontadas pelos gestores no desempenho de suas funções, não foi feita nenhuma relação com a forma de provimento do cargo e sim com as especificidades de cada espaço educacional, o contexto social em que ele se insere e empecilhos inerentes ao próprio funcionamento da escola.

Com base nessas evidências, confirma-se que a forma de provimento do cargo de gestor; seja por indicação, seja por eleição, não influencia no modelo de gestão

implantado na escola a ponto de defini-lo, e que esta definição se dá a partir da junção de muitos outros fatores, aqui apresentados.

Eleição ou indicação: o que dizem as pesquisas?

Fatores como competência, excelência, produtividade nem sempre estão associados à forma de provimento do cargo de gestor, valendo-se a mesma observação quando este não atende às exigências da função. Em se tratando dessas questões, seguem resultados de duas pesquisas realizadas no Brasil e que em muito podem contribuir para essa discussão.

Entre 1991 e 1993, Vitor Henrique Paro realizou uma pesquisa pela Universidade de São Paulo intitulada Eleição de diretores de escolas públicas: Avanços e limites da prática. O objetivo do autor era analisar comparativamente experiências de eleição de diretores de escolas de 1º e 2º graus no país, visando a estudar características e problemas de sua institucionalização e implementação, bem como captar seus efeitos sobre a democratização da gestão escolar e sobre a qualidade/quantidade na oferta de ensino. (PARO, 2001).

Ao analisar o estudo do autor, verificam-se algumas limitações enfrentadas no processo de eleição para gestores, tanto em relação à sua implementação, quanto em relação às

expectativas que se tinha a esse respeito. A principal crença que existia em torno das eleições de diretores, segundo Paro, era de que a eleição neutralizaria as práticas tradicionalistas calcadas no clientelismo e no favorecimento pessoal – o que não foi garantido com o pleito.

Apesar de a pesquisa apontar, em alguns Estados, para uma diminuição ou eliminação da influência dos agentes políticos, as práticas clientelistas continuaram fazendo parte do interior de algumas escolas, quer no processo de eleição do diretor, quer durante o exercício do mandato.

Paro (2001) relata que a conservação da influência político-partidária também foi constatada em alguns locais onde a eleição se deu por lista tríplice, uma vez que a escolha definitiva de um dos três nomes fica por conta do Poder Executivo. E mais, nos locais em que não havia essa forma de acesso ao cargo, alguns oportunistas, valendo-se de sua influência e experiência política, utilizaram-se de outros artifícios, com a intenção de influenciar no resultado do pleito.

O autor explica que tais acontecimentos justificam-se pela incipiente prática política, que ainda não é capaz de eliminar por completo essas expectativas e comportamentos clientelistas – que nada mais são do que remanescentes de uma cultura tradicionalista –, e que só a

prática da democracia e o exercício autônomo da cidadania poderão superar.

Outra expectativa frustrada, segundo o pesquisador, é que muitas pessoas acreditavam que a eleição conseguiria eliminar o autoritarismo existente na escola, e a falta de participação da comunidade escolar também seria outro aspecto superado. No entanto, a eleição direta para gestor também não foi capaz de atender a essas expectativas.

Paro (2001) esclarece que muito das características do chefe monocrático, que detém a autoridade máxima na escola, persistiu mesmo com a eleição. E a participação tão esperada não aconteceu a contento. E mais uma vez, o pesquisador chama a atenção para o fato de que é preciso considerar que não se trata de culpar a eleição por tais fatos, mas de reconhecer que o autoritarismo ainda presente nas escolas é resultado da conjunção de uma série de determinantes internos e externos à unidade escolar e que, sem uma cultura desenvolvida de participação social, é muito difícil conseguir que os indivíduos não deleguem a outros aquilo que faz parte de sua obrigação enquanto sujeito partícipe da ação coletiva.

Outra circunstância, presente na pesquisa é que a eleição não está imune ao corporativismo por parte dos grupos que interagem na escola, a exemplo dos docentes. A esse respeito, o autor menciona

relatos de autoridades das secretarias de educação que alegam a existência de acordos internos, favorecimento a grupos que se propõem a oferecer apoio a um determinado candidato ao cargo de gestor seja antes, durante ou após o processo eleitoral.

Ao analisar essas questões, Paro diz que uma importante característica da eleição é que, especificamente em sociedade com fortes marcas tradicionalistas, sem uma cultura de participação social, a escolha democrática de um líder – como é o caso do gestor de escola – pode significar a oportunidade de jogar sobre os ombros do outro toda a responsabilidade que envolve a prática escolar.

E para respaldar sua afirmativa, Paro se vale de Dourado (1990, p. 139) que se refere a esse tipo de situação como a uma “redução do processo democrático”, ou seja, “mera delegação de poderes”. Já Holmesland et al. (1989, p. 138) considera que “o diretor de escola pública, mesmo eleito, é um indivíduo que tende a sentir-se desacompanhado, desprotegido, solitário.”

Além de apresentar esses impasses e limitações em relação à eleição para dirigentes escolares, o autor deixa claro que esse processo de escolha do gestor é apenas um dos múltiplos determinantes que influencia na maneira de gerir a escola, e que essa não é a única forma de acesso ao

cargo. E sendo a falta de tradição democrática um dos grandes entraves, será apenas com a insistência em mecanismos de participação e de exercício da democracia que se conseguirá maior envolvimento de todos em suas responsabilidades.

Por fim, Paro (2001) afirma que passar de uma situação clientelista – onde o que vale é o critério político-partidário – para uma situação de escolha democrática – legitimada pela vontade dos sujeitos envolvidos na situação escolar –, implica em muitas mudanças. Mudanças essas que nem sempre a comunidade escolar está preparada para fazer.

Outra pesquisa, aqui destacada, foi realizada pela Revista Nova Escola, intitulada “Práticas de Seleção e Capacitação de Diretores Escolares”. Promovida pela Área de Estudos e Pesquisas Educacionais da FVC (Fundação Victor Civita) e coordenada por Heloísa Lück, diretora educacional do Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado (Cedhap), em Curitiba. Tal pesquisa revela que a eleição é a forma mais utilizada para selecionar gestores nos estados brasileiros.

Segundo a Revista, participaram do estudo – realizado entre maio e novembro de 2010, e divulgado em março de 2011 – Secretarias de Educação de 24 unidades federativas e de 11 capitais. E envolveu 107 gestores, organizados em 14 grupos de discussão.

O referido estudo aponta que o meio de acesso predominante à função de gestor escolar é a eleição direta, realizada pela comunidade escolar, e utilizada por 67% das secretarias estaduais e 82% das municipais.

A pesquisa ressalta que é comum que exista mais de uma modalidade de seleção em um mesmo lugar. Em algumas localidades onde acontece a eleição, essa pode ser precedida de uma prova ou uma certificação, que serviriam para diminuir o número de aspirantes à vaga; podendo conviver com a indicação de prefeitos, governadores e secretários – artifício utilizado quando a escola não apresenta condições objetivas para a realização do pleito ou não se apresentaram candidatos aptos ao exercício da função.

Além desses dados, a pesquisa também traz algumas queixas dos diretores ouvidos nos grupos de discussão, no que tange ao processo de eleição. Como exemplo disso, pode haver o “clima pesado” existente durante a época de campanha. O motivo pode ser o fato de que nem sempre o candidato mais preparado é o eleito, já que muitas vezes quem vence é o mais carismático ou o que promove alianças com o corpo docente ou outro segmento do eleitorado.

Outra dificuldade apontada é o tempo de permanência no cargo: ao ser eleita, a maior parte dos diretores cumpre

um mandato de dois ou três anos –período que os especialistas consideram curto para empreender grandes transformações. "Além disso, como vão ficar pouco tempo na função, os gestores não buscam maior profissionalização", explica Marta Luz Sisson de Castro, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Uma análise crítica da postura do gestor eleito

É fato que esse modelo de escolha representativa trouxe consigo ganhos efetivos ao processo de gestão democrática. Todavia, passados quase 20 anos dessa vivência, faz-se necessário reavaliar as implicações advindas dessa prática e quais os resultados obtidos especialmente no campo dos avanços das políticas de ensino.

Para tanto, é válido refletir e analisar como vem sendo desenvolvidas as principais dimensões da gestão escolar, em particular: o político, o pedagógico e o administrativo-financeiro. Tendo como parâmetro o que se espera desse gestor, eleito democraticamente, no pleno exercício de sua função.

No que tange ao primeiro deles, o político, em uma determinada época, acreditava-se que a eleição direta para diretor escolar constituía-se num espaço de maior participação e interferência da comunidade escolar e local – o que

significava também, contribuir e interferir nas políticas educacionais do país, no entanto, em âmbito geral, não se tem comprovação de que isso aconteceu.

A relação da Escola com a comunidade local (família e lideranças comunitárias) pouco ou nada se fortaleceu. Mesmo tendo acento no Conselho Escolar, é pouco visível a participação dos pais, alunos e funcionários no que diz respeito à construção, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico vivenciado pela escola.

Em relação à postura de alguns gestores, antes, visto como articulador político, defensor dos interesses coletivos e das causas trabalhistas, dentre outras competências, pós eleição, agora como representante de um órgão estatal, passa a defender outros interesses, inclusive, evitando que os interesses dos primeiros se sobreponham aos interesses do segundo.

Paro (2008, p.133) explica como se dá essa situação de dualidade em que o gestor se encontra, ora tendo que atender às pressões e reivindicações dos professores e demais integrantes da escola, ora tendo que defender os interesses do Poder Público.

Assim, como educador que é, e identificado com os objetivos legítimos da instituição que dirige, ele se sente compelido a atender às justas reivindicações da escola e da comunidade ou pelo menos – no caso de ser impotente

para atendê-las – engajar-se como uma voz a mais a exigir soluções dos órgãos superiores. Entretanto em seu papel de gerente (é assim que ele é colocado diante do Estado), ele sente sobre si todo o peso de constituir-se no responsável último pelo cumprimento da Lei e da Ordem na escola e tem consciência de que poderá ser punido por qualquer irregularidade que aí se verifique. (PARO, 2008, p. 133-134).

Outra postura contraditória dos gestores eleitos é quanto à definição de sua posição política. Enquanto alguns, fazendo uso do prestígio adquirido com a nova função, detêm-se às barganhas e conchavos político-partidários, cujo principal objetivo é o de se manter no cargo e de auferir os benefícios dele decorrente; outros, entretanto, apoiam-se no discurso apolítico, como se educação e política fossem algo incompatível entre si.

Essa postura extremista também não é salutar, haja vista que mesmo não estando sob o “apadrinhamento” político, mas ocupando uma função legitimada pelo voto, não há por que o gestor ignorar o pensamento político governante. Até porque a perda de apoio político poderia comprometer sua atuação enquanto gestor, tornando-o uma liderança frágil e isolada. E o projeto político-pedagógico da escola poderia se desarticular da política educacional da rede – não esquecendo que a educação também é uma ação política.

Reforçando esse entendimento, cabe aqui o pensamento de Paulo Freire (2011, p.109) quando diz que “para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo, era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano”. Nessa mesma linha de pensamento, Freire, já disse: “os principais problemas da educação não são as questões pedagógicas, e sim as questões políticas”. Disso se depreende que não é possível fazer educação sem visualizar a dimensão política desse ato.

Sabendo-se que o processo eleitoral efetivou-se contando com a participação de todos os atores envolvidos no ambiente escolar (pais, alunos, professores e funcionários), esperava-se, ainda, que o sentimento/ comportamento “opressor-oprimido” não mais aparecesse nas relações de trabalho estabelecidas dentro desses espaços. Não obstante, alguns gestores eleitos permanecem com as mesmas posturas autoritárias de outrora, ou seja, permanecem com a mesma ideologia de quem detém o poder, detém o comando; portanto, todos devem subordinar-se a ele.

Não considerando tal postura como correta, ainda cabe aqui uma reflexão sobre como é difícil para o ser humano abster-se de determinadas posturas que são inerentes à sua formação, enquanto sujeito de uma sociedade essencialmente opressora.

O grande problema está em como poderão os oprimidos que “hospedam” o opressor em si, participar de elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 2011, p.34).

Com isso, Freire esclarece que mudar da posição de oprimido para a de opressor é apenas uma questão de oportunidade, e que para sair dessa condição que a nova função lhe conferiu, o gestor precisa se reconhecer como o oprimido que é e o opressor que se tornou.

Não obstante, é possível comprovar que, decorrente das várias atribuições que assume, esse gestor tem se revestido mais dos aspectos burocráticos, técnicos e financeiros; em detrimento do pedagógico o que deveria ser sua missão primeira, já que esta dimensão da gestão, justifica todas as outras.

Com isso, “o diretor se vê gradativamente tolhido em sua função de educador, já que pouco tempo lhe resta para dedicar-se às atividades mais diretamente

ligadas aos problemas pedagógicos no interior da escola”. (PARO, 2008, p.133).

Mais uma vez recorrendo a Paro (2001), Freire (2011) e Luck (2000), embora se tratando de obras distintas, confirma-se que as dimensões da gestão aqui destacadas não acontecem de forma estanque, nem dissociadas uma das outras.

As questões pedagógicas, administrativas, políticas e financeiras fazem parte de um todo que se materializa na prática do gestor. Prática essa que dificilmente ele dará conta sem dividir tal responsabilidade com os demais integrantes da escola, exigindo, assim, uma gestão participativa e democrática.

Apesar das considerações aqui apresentadas, reconhece-se que o modelo de eleição direta para gestor escolar vem cumprido o seu papel, seja na perspectiva de buscar novos caminhos quanto à alternância de poder; na transparência das ações desenvolvidas na escola, em uma maior participação da comunidade escolar e, por fim, com vistas a atender seu objetivo macro: o de ofertar uma educação com qualidade social para todo.

CONCLUSÃO

Ainda que a pesquisa comprove que a forma de provimento ao cargo de gestor, isoladamente, não influencia no modelo de

gestão da escola, confirma-se que a eleição tem sido a forma mais discutida e defendida, enquanto canal legítimo de luta pela democratização da escola e como forma de efetivar essa gestão democrática e

participativa tão discutida. Enquanto a indicação política, como único critério para ascensão a este cargo, não cabe mais, dentro do modelo educacional vigente. No entanto, é ingênuo acreditar que a eleição sozinha irá democratizar a gestão das escolas, ou erradicar a influência político-partidária, com suas (in)conveniências e interesses, seja por parte do poder público,

dos ocupantes do cargo de gestor ou de outros integrantes da escola. Com isso, o estudo aqui apresentado traz grande contribuição para o meio acadêmico, que pesquisa e debate sobre o as formas de provimento ao cargo de gestor escolar, além de servir de parâmetro para outros Estados e Municípios que adotam ou pretendem adotar algum dos modelos aqui analisados.

REFERÊNCIAS

- DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil. *In: FERREIRA, N. S. C (Org.) Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.* 6.ed., São Paulo: Cortez, 2008.
- FERREIRA, N.S. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, M. *Escola cidadã.* 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto.* 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática.* Goiânia: Alternativa, 2001.
- LÜCK, H. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p.11-33, 2000. Semestral.
- PARO, V H. *Administração Escolar: Introdução crítica.* 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PARO, V H. *Formação de gestores escolares: a atualidade,* 2008.
- SAMPIERE, R.H *et al. Metodología de la investigación.* 5. Ed. editora Mcgraw Hill, 2010.
- SANTOS, J. E. dos. *A Eleição de Gestores Escolares em Pernambuco: continuidades e rupturas na política de democratização da Escola Pública.* UFPE. Recife, 2009.
- VIEIRA, S. L.; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. *Gestão escolar democrática: concepções e vivências.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E SUAS INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

*Edivania Maria Silva de Lima*¹

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para uma melhor compreensão sobre o processo de aprendizagem no âmbito escolar. A denominação “teorias de aprendizagem” se refere a um conjunto de enfoques e perspectivas teóricas diferenciadas e/ou complementares que procuram oferecer explicações gerais sobre os elementos e os fatores envolvidos no processo de ensino aprendizagem. A pesquisa buscou identificar e analisar criticamente as diversas teorias sobre o processo de aprendizagem com o objetivo de refletir e desenvolver práticas educativas histórico-críticas, criativas e inovadoras, tendo em vista a diversidade de situações, condições e necessidades educativas no espaço escolar. Através da pesquisa bibliográfica, fazendo uma análise crítica e reflexiva com base em suporte teórico que permita efetuar questionamento crítico para sua prática educativa. O estudo mostra a importância de diversas teorias que permite uma reflexão sobre a prática docente em sala de aula, de forma que o educador seja capaz de identificar e utilizar as técnicas e os conceitos mais adequados para estimular o processo de ensino aprendizagem. E assim o desenvolvimento cognitivo de cada educando de modo mais produtivo, tendo em vista cada situação de aprendizagem na sociedade onde está inserido.

Palavras-chave: Psicologia da Educação. Intervenções. Ensino Aprendizagem.

Submetido em dezembro de 2019 e aceito em janeiro de 2020.

¹ Mestranda em Ciências da Educação, Formação Educacional Interdisciplinaridade e Subjetividade – UNASUR, Pós Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela – FACINTER, 2008, Graduada em Pedagogia séries iniciais - UNEAL – 2005.

INTRODUÇÃO

O conhecimento como elemento fundamental na construção dos destinos da humanidade tem sido cada vez mais evidenciado e propagado no contexto da sociedade atual. Ao tentarmos responder à questão de ensino aprendizagem, temos em mente que aprender significa sermos capazes de fazer algo que não fazíamos, ou seja, aprendemos, a ler, a escrever, a calcular ou a utilizar a internet.

Para muitos docentes, o ensino aprendizagem é confundido com suas manifestações exteriores e os resultados que em si estas geram. Normalmente o professor não compreende adequadamente o que se passa de fato no interior do sujeito quando ele aprende. Por exemplo, para alguns autores, a aprendizagem ocorre por meio da repetição e pela imitação, referindo-se apenas a comportamentos observáveis e mensuráveis; nada fala, portanto sobre as operações mentais próprias do processo de construção do conhecimento que leva à aprendizagem (WOOLFOLK, 2000).

O conceito de ensino aprendizagem é complexo porque envolve a interação de diversos fatores e processos através dos quais compreendermos conceitos de temas específicos, como matemática, português, desenho e outros.

Pilett (1999) afirmará que “[...] a Psicologia da Educação procura utilizar os princípios e as informações que as pesquisas psicológicas oferecem acerca do comportamento humano, para tornar mais eficiente o processo ensino-aprendizagem”. Assim é preciso conhecer como funciona o comportamento do indivíduo para que o conhecimento seja bem sucedido.

Estamos sempre aprendendo, intencionalmente ou não durante toda vida. Como por exemplo, os bebês aprendem a brincar, os adolescentes aprendem a tocar instrumentos musicais, e os adultos podem aprender uma nova dieta de alimentação ou um novo estilo de vestir.

Na realidade, o aprendizado consiste em uma mudança relativamente persistente no comportamento do indivíduo devido à experiência. Esta abordagem, portanto, enfatiza de modo particular a maneira como cada indivíduo interpreta e tenta entender o que acontece. O indivíduo não é um produto relativamente mecânico do ambiente, mas um agente ativo no processo de aprendizagem, que procura de forma deliberada processar e categorizar o fluxo de informações recebido do mundo exterior (FANTANA, 1998, p. 157).

Portanto a aprendizagem não é a simples passagem da ignorância ao saber, sem resistências e sem conflitos. Nesse processo, acontece algo novo que não

envolve uma simples reestruturação. Trata-se, pois, de um fenômeno a partir do qual um sujeito toma para si uma nova forma de conduta, transforma a informação em conhecimento, hábitos e atitudes novas.

É importante entendermos que, para aprendizagem ocorrer, é necessário que haja uma interação ou troca de experiências do indivíduo com o seu meio ambiente ou comunidade educativa. As crianças, aprendem a partir da interação com os adultos e com crianças mais experientes. Por meio dessas interações, a criança vai construindo, gradativamente, significados para as suas ações, suas experiências e objetos ao seu redor (COLL, 1995). Essa construção de significados pressupõe a identificação de características, propriedades e finalidades para suas ações e experiências com fatos e objetos.

Existem pesquisas que visam descobrir e analisar como construímos o nosso conhecimento e desenvolvemos a inteligência, sem uma preocupação exclusiva com o processo de ensino aprendizagem. Entretanto, as explicações geradas pelas teorias da aprendizagem têm fornecido, por sua vez, subsídios para a compreensão de como aprendemos.

METODOLOGIA

A estratégia metodológica definida para este estudo foi uma revisão de

Algumas teorias conceituam aprendizagem de forma diferente porque compreendem o processo de aquisição do conhecimento de forma diferenciada.

Nesse sentido, podemos afirmar que o conhecimento dessas teorias, em particular no âmbito escolar, inspira o uso de estratégias sobre como o professor poderia estimular o desenvolvimento cognitivo e o processo de ensino aprendizagem do seu educando de forma mais produtiva e duradoura.

Consultando assim autores que tratem a respeito do tema para dar sustento ao estudo, podendo ser realizada a pesquisa bibliográfica e exploratória porque se baseia na leitura o aprofundamento de informações e conhecimentos para um melhor aperfeiçoamento e comprovação do trabalho da Psicologia da Educação e suas intervenções no processo de ensino e aprendizagem.

Encontra-se aí, um estudo que busca ser um documento capaz de trazer uma luz para o educador, colaborando para sanar as dificuldades no processo de ensino aprendizagem e no âmbito educacional como um todo.

literatura tradicional, não sistemática, por meio de livros e documentos físicos e digitais, os quais foram analisados

qualitativamente e definida as seguintes categorias temáticas: Qual a importância da psicologia da educação no processo de ensino?, a importância do psicopedagogo

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Qual a importância da psicologia da educação no processo de ensino?

A Psicologia da Educação se concentra no estudo psicológico dos problemas cotidianos da educação dos quais se derivam princípios, modelos, teorias, procedimentos de ensino e métodos de pesquisa, análises estatísticas e procedimentos de mediação e avaliação apropriados para estudar o planejamento e os processos culturais e socialmente complexos das escolas (WITTOCK, 1992 apud WOOLFOLK, 2000).

No entanto, é preciso olhar a sociedade ao seu redor, a cultura que está sendo desenvolvida para inserir uma forma de ensino aprendizagem mais participativo, união da comunidade escolar e do setor pedagógico para fortalecer esse desenvolvimento escolar. Resgatando assim, o direito de cidadania dentro da democracia social.

Nesta perspectiva a educação, ou o processo educativo, é um processo social que se desenvolve como um sistema, pelo qual se busca o ato de provocar ou produzir mudanças comportamentais naqueles indivíduos que se encontra em atividades

frente ao desenvolvimento da aprendizagem e visão teórica de alguns pensadores da psicologia no processo de ensino-aprendizagem.

educativas. Pois o processo de ensinar, cabe a premissa de ser fator que proporciona conhecimentos e habilidades ao discente, sendo uma tarefa docente por excelência; onde a aprendizagem, ao contrário, refere-se aos procedimentos de aquisição de ditos conhecimentos e habilidades, sendo uma atividade executada por aquele que aprende e, portanto, “exclusividade” do discente. Onde o afeto influencia a velocidade com que se constrói o conhecimento, pois, quando as pessoas se sentem seguras, aprendem com mais facilidade (MACHADO, 1995 Apud Porto, 2007). Contudo, o conhecimento, como entendimento, processa-se de maneiras diferentes, as quais exercem uma influência significativa na aprendizagem formativa.

É importante reconhecer inicialmente que o objetivo não é dar conta de toda a teoria de aprendizagem, antes disso, ele se propõe a estabelecer as principais características daqueles que acredita que são as principais correntes teóricas no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, deve-se abordar as teorias de aprendizagem por possibilitar que a informação recebida seja transformada em conhecimento construído.

Somos como pescadores e nossas teorias são como redes. E não deixamos de lado de bom grado as redes com as quais algumas vezes pescamos pelo mero fato de que não servem para certos peixes ou em determinados mares, mas continuamente inventamos e tecemos novas redes e distintas e as lançamos à água, para ver o que pescamos com elas. Não desprezamos rede alguma e em nenhuma confiamos excessivamente, ainda que preferimos carregar o barco com as redes mais eficazes e deixar no porto as de menos uso. E assim vamos navegando, renovando continuamente nosso arsenal de redes em função das características da pesca. (MOSTERÍN, 1987, p. 85 Apud PORTO, 2007, p. 13).

No entanto, dependendo do momento histórico, cultural ou mesmo econômico, entre outros, para se dar conta da tarefa de estudar as diferentes teorias da aprendizagem, teríamos de trabalhar diversas contribuições das mais diferentes áreas do conhecimento. Entretanto, como aprendizagem, para o nosso caso, tem a ver com o ser humano, quanto tentarmos e nos habitar a compreendê-lo, se é que isto é possível, mais apto estaremos a ajudá-lo nessa tarefa de aprender. Não é por outro motivo que a contribuição da psicologia é tão marcante nessa área teórica.

A importância do psicopedagogo frente ao desenvolvimento da aprendizagem

Compreendendo por formação todos os processos educativos, formais ou não, que permitem a intervenção do sujeito no universo, agindo crítica e responsabilmente, aprimorando pela ética nas relações, refletindo, avaliando e reformulando suas atitudes. Onde viveremos este momento de ressignificação do espaço escolar, para além das paredes de sala de aula e da transmissão de conteúdo, tornando a escola um lugar sintonizado com os direitos sociais contextualizado ao meio e ao tempo presente, nos quais os sujeitos constroem, com autonomia e em cooperação, seus conhecimentos e sua própria história.

Há muito tempo busca-se entender a queixa de não aprendizagem, demonstrando a necessidade de rever o motivo desencadeador que fecha no educando o foco de indicadores de supostas dificuldades de aprendizagem.

Relembrando as palavras de Souza Patto (2000, p. 46), quando diz que: “Essa versão que reduz o problema a uma causa física ou psíquica situada no interior do aluno ou no máximo na dinâmica de sua família, que isenta a escola e a deixa fora de foco, vem sendo discutida, criticada e já em grande medida superada...”.

Hoje sabemos que é no cotidiano da escola, nas práticas pedagógicas,

metodológicas e nas relações estabelecidas neste contexto que se produzem a maioria das dificuldades de aprendizagem escolar.

A partir desse novo olhar, os psicopedagogos perceberam que o espaço da psicopedagogia não poderia ficar restrito ao clínico, mas que era necessário avançar até as instituições escolares promotoras de desenvolvimento de aprendizagem, objetivando tanto a avaliação quanto a intervenção possibilitando uma revisão do processo de ensinar-aprender como também na prevenção das dificuldades de aprendizagem.

Para Visca (1991, p. 15) “a ampliação no âmbito da psicopedagogia nos deu a possibilidade tanto do estudar o sujeito individual em profundidade, quanto extrapolar estes conceitos para macrossistema, os quais antes não tinham sido pesquisados”.

Enquanto a psicopedagogia clínica tem como objeto de estudo a aprendizagem, a psicopedagogia institucional o coloca no ensinar/aprender, compreendendo-o não apenas como uma forma de ensinar para saber reproduzir o conhecimento, mas tornando o sujeito dessa ação capaz de vivenciá-la, contribuindo para a transformação da realidade social.

Sendo assim, o psicopedagogo pode atuar em diversas áreas, de forma preventiva e terapêutica, para compreender os processos de desenvolvimento e das

aprendizagens humanas, recorrendo a várias estratégias objetivando se ocupar dos problemas que podem surgir.

O psicopedagogo pode desempenhar uma prática docente, envolvendo a preparação de profissionais da educação, ou atuar dentro da própria escola. Cabem também ao profissional detectar possíveis perturbações no desenvolvimento da aprendizagem: participar da dinâmica das relações da comunidade educativa a fim de favorecer o processo de integração e troca, promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos, realizar processo de orientação educacional e ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupo.

De acordo com Gonçalves (2002, p. 42) “as relações com o conhecimento, as vinculações com a aprendizagem, as significações contidas no ato de aprender, são estudados pela psicologia a fim de que possa contribuir para a análise e reformulação de práticas educativas e para a ressignificação de atitudes subjetivas”. O estudo psicopedagógico atinge seus objetivos quando, ampliando a compreensão sobre as características e necessidades do desenvolvimento de aprendizagem de determinado aluno, abre espaço para que a escola viabilize recursos para atender às necessidades de aprendizagem. Para isso, deve analisar o

Projeto Pedagógico, sobretudo quais as propostas de ensino e o que é valorizado como aprendizagem. Vale ressaltar de que o fazer psicopedagógico se transforma podendo se tornar uma ferramenta poderosa no auxílio de aprendizagem.

Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de ensino-aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e as necessidades individuais de aprendizagem da criança ou da própria ensinagem (BOSSA, 1994, p. 23).

A psicopedagogia já vem atuando com muito sucesso nas diversas Instituições, sejam escolas, hospitais e empresas. A aprendizagem e seu desenvolvimento devem ser olhados como a atividade de indivíduos ou grupos humanos, que mediante a incorporação de informações e o desenvolvimento de experiências, promovem modificações estáveis na personalidade e na dinâmica

grupal as quais revertem no manejo instrumental da realidade.

Assim, expor sobre este tema é chamar a atenção dos educadores para realidade do que ocorre nas escolas, mostrando o papel da psicopedagogia diante do mesmo e sua preocupação em encontrar a solução, almejando um ensino-aprendizagem ideal a todo o aluno e toda escola.

Visão teórica de alguns pensadores da psicologia no processo de ensino-aprendizagem

As diferentes teorias psicológicas, produzidas ao longo da história da psicologia, definem os processos de desenvolvimento e aprendizagem, bem como a relação entre esses processos de modo diferente.

Para alguns teóricos, de base empirista, o desenvolvimento e a aprendizagem são processos idênticos que resultam da ação sobre o indivíduo. Para outras teorias, de base racionalista, o desenvolvimento é resultante do amadurecimento progressivo de estruturas pré-formadas no indivíduo, enquanto a aprendizagem é um processo externo, independente do desenvolvimento.

Os processos de desenvolvimento e aprendizagem, como foram citados, são abordados de modo diferente pelas diversas teorias psicológicas. Buscar-se-á, fazer um

breve aprofundamento dessas teorias, com vistas em se verificar a contribuição de cada uma delas para a formação do professor no que se refere à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem.

Falar na aprendizagem significativa equivale, antes de tudo, a pôr em relevo o processo de construção de significados como elemento central do processo ensino-aprendizagem. O aluno aprende um conteúdo qualquer... quando é capaz de atribuir-lhe um significado (COLL, 1993, p. 79).

Portanto, a utilização do pensamento significativo deverá ser explorada no processo ensino-aprendizagem muito próximo da vinculação conteúdo com a vida cotidiana, principalmente no caso da aprendizagem infantil. O processo de aprendizagem tem sido estudado de modo direto ou indireto, por teóricos que se dividem basicamente em dois grupos: Os teóricos comportamentais (behavioristas) e os teóricos cognitivistas (interacionistas).

Algumas teorias psicológicas da aprendizagem como as de Watson, Pavlov e Skinner, todos integrantes do behaviorismo ou comportamentismo, cuja base epistemológica se funda na concepção de que todo o conhecimento provém da experiência – são concordantes quanto a ideia de que o fator determinante dos processos de desenvolvimento e da

aprendizagem é o ambiente. Já para os teóricos comportamentais, o resultado da aprendizagem é uma mudança de comportamento observáveis, causada por fatores externos ou estímulos ambientais ou reforços (punição ou recompensa).

O behaviorismo (comportamentalismo) se tornou um paradigma na psicologia a partir da década de 1920, mantendo esse status até os anos 1960, com a expansão da intitulada “revolução cognitivista” (COLL, 1995). Apesar dos inúmeros avanços na área, os estudos e as pesquisas comportamentais ainda têm como referencial teórico-prático os trabalhos clássicos desenvolvidos por Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) nos Estados Unidos.

De acordo com Skinner, os progressos obtidos na análise experimental do comportamento sugeriam que se podia criar uma tecnologia educacional visando o desenvolvimento de práticas válidas para se promover o ensino-aprendizagem.

A teoria Gestalista procura estudar os processos de aprendizagem a partir das leis da percepção. Em vez de tematizar a aprendizagem como a aquisição de respostas mediante a associação de estímulos, como acontece com o comportamentismo, enfatiza o processo de reestruturação da estrutura cognitiva pela percepção das relações da situação como um todo. Aprender para os adeptos da

Gestalt é perceber relações e não apenas registrar uma cadeia de respostas a estímulos específicos; aprender é reagir a situações totais significativas e não a elementos isolados.

As teorias cognitivas formam conjuntos de proposições que procuram explicar o processo de construção do conhecimento humano e desenvolvimento da inteligência e, conseqüentemente, geram informação que nos leva a conhecer como se processa interiormente a aprendizagem. Elas são baseadas em ideias e conceitos desenvolvidos por Jean Piaget (1896-1980)

CONCLUSÃO

Constatou-se como hipótese de solução as diversas teorias de aprendizagem e a importância da Psicologia da Educação em fornecer subsídios a prática pedagógica de professores, pedagogo e psicopedagogo que favoreceram a compreensão do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno.

Portanto, a aprendizagem é um processo dinâmico que envolve a interação do aluno com o meio e, para que ela ocorra é necessário que o educador dê a devida atenção aos fatores que motivam o educando a aprender; entenda que o processo ensino-aprendizagem é uma espiral de conhecimentos, e cada conhecimento serve como base ou pré-

na Suíça e por Lev Semynovitch Vygotsky (1886-1934) na Rússia.

Na perspectiva cognitivista, o processo de aquisição do conhecimento é a aprendizagem em si. Ao contrário dos comportamentais, os alunos são percebidos como agentes ativos que interagem constantemente com o ambiente interno e externo, utilizam suas experiências anteriores, buscam e reorganizam informações, refletem e tomam decisões para que possam adquirir novos conhecimentos.

requisito para a aquisição do seguinte; tenha bom senso crítico ao analisar a fase do desenvolvimento cognitivo da criança para então determinar quais capacidades ela já possui, estimulando o processo de interação social da criança com todas as pessoas que participam do ambiente escolar como forma de promover seu desenvolvimento cognitivo e também estimule o uso da linguagem.

Vale salientar que proporcionar os educandos e educadores de atividades pedagógicas inovadoras mediante a necessidade encontrada, é oportunizá-lo da formação adequada de conhecimento, visando contribuir para formação de sujeitos críticos, capazes e conscientes das

suas responsabilidades na sociedade onde está inserido.

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

BANDURA, A. Modificação de comportamento através procedimentos de modelação. In: KRASNER, L. (org). *Pesquisas sobre modificações de comportamento*. São Paulo: Herder, 1980.

COLL, C. *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

COLL, C. *Aprendizagem e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FANTANA, D. *Psicologia para professores*. São Paulo, Loyola, 1998. p. 157.

PILETTI, N. *Psicologia educacional*. 17 ed. São Paulo: Ática, 1999.

PORTO, O. *Bases da Psicopedagogia: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem*. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007.

PATTO, M. H. S. *A produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 3ª Ed. São Paulo: Queroz, 2000.

PIAGET, J. *A equilibração das estruturas cognitivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SKINNER, F. *Sobre behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 2000.

_____. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VISCA, J. *Psicopedagogia: Contribuições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

WOOLFOLK, A. *A psicologia da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WOOLFOLK, A. E. *Psicologia da educação*. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LINGUAGEM ESCRITA

Fernanda Guerra Melo da Silva¹

RESUMO

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado que tratou das metodologias da linguagem escrita nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de Recife /PE. O mesmo, tem por objetivo esclarecer sobre as diversas dificuldades, que as crianças em fase de alfabetização, encontram na linguagem escrita, identificando assim as implicações que acontecem nesse processo. A pesquisa de campo foi realizada em cinco escolas municipais da cidade de Recife, após autorização de seus diretores, em consonância com o comitê de ética, com professores dos anos iniciais do ensino fundamental, juntamente com os protocolos de análise da escrita dos estudantes. O estudo realizado aponta uma forte influência tradicional do ensinar a escrever, através de formas prontas para a memorização. Precisaria haver mudanças significativas na sala de aula de acordo com as necessidades dos alunos, explorando mais outros tipos de materiais didáticos. O que podemos concluir é que a linguagem escrita precisa de uma estratégia específica, pois se trata de um processo individual cognitivo e motor, em que no início precisa do auxílio de um escriba. Desse modo, é proposto a continuação do estudo em relação a metodologia aplicada pelos professores em sala de aula, já que a escrita é um processo muito complexo.

Palavras-chave: Dificuldades. Linguagem escrita. Ensino Fundamental.

Submetido em dezembro de 2019 e aceito em janeiro de 2020.

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (1996), é especialista em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar (2001), Mestra em Ciências da Educação, pela Universidade Americana-PY (2015).

INTRODUÇÃO

A partir de muitas observações realizadas de alunos que terminam os anos iniciais do Ensino Fundamental com a leitura e escrita ainda muito rústica, surgiu a inquietação e o desejo de investigar as metodologias utilizadas pelos professores da rede municipal de ensino de Recife sobre a língua escrita que vem sendo utilizada nas escolas e a compreensão que os mesmos tem sobre esse tipo de linguagem.

A linguagem escrita está presente na vida dessas crianças e jovens que entram em contato com blogs, e-mails, receitas, outdoor, jornais, revistas, livros, propagandas nos muros e outros tipos, porém não conhecem a sua funcionalidade e nem a sua história.

Nas escolas o que mais se pratica é a linguagem oral. Muitos professores e professoras encontram dificuldades de acompanhar o processo da linguagem escrita, muitas vezes pela quantidade de alunos em sala ou mesmo por acreditarem que a dificuldade de escrever esteja na criança.

A compreensão que a linguagem escrita é um código, vem sendo utilizada

nas escolas até os dias atuais. As crianças quando escrevem o que falam, escrevem ortograficamente incorretos e sofrem consequências gravíssimas como o fracasso e a exclusão.

Pergunta-se: será que todas crianças que não alcançam êxito na linguagem escrita apresentam algum distúrbio de aprendizagem?

A escrita muitas vezes começa a se desenvolver na Educação Infantil e quando iniciam o Ensino Fundamental começam a se aprisionar em cópias e na perfeição das letras. Fazendo com que as crianças parem de representar a escrita do jeito que pensam. Tornam-se meros reprodutores de uma ideologia dominante. Contribuindo para elevar o índice de analfabetismo funcional, onde a língua é aprendida e não compreendida.

O artigo tem por finalidade analisar as estratégias metodológicas utilizadas pelos professores nos anos iniciais do ensino fundamental, identificando assim as implicações que acontecem nesse processo. Trazendo como contribuição o estudo e a reflexão por parte dos professores sobre o processo da escrita.

Recife, após autorização de seus diretores, em consonância com o comitê de ética, com professores dos anos iniciais do ensino

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada em cinco escolas municipais da cidade de

fundamental, juntamente com os protocolos de análise da escrita dos estudantes.

Utilizou-se na parte teórica alguns autores como Zorzi (2003), Sanchez (2004), Morais (2006) e Cunha (2011).

Dentro da educação escolar encontram-se muitas particularidades em relação ao processo de aprendizagem, no que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem. Pode ser diferenças individuais, transtornos ou até mesmo patologias. A heterogeneidade que acontece nesse processo é muito grande e precisamos estar atentos para não julgarmos ou tratarmos de forma diferente.

Os dados coletados no questionário aplicado a vinte e cinco (25) professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, efetivos, do Município de Recife-PE, contemplaram cinco questões que procura conhecer as metodologias que são aplicadas

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Muitos professores não conseguiram identificar o método que é utilizado em sala de aula, outros tiveram dúvidas a respeito dos nomes dos métodos e outros compreendem a necessidade de trabalhar de forma que se analise o todo e depois parte-se para as unidades menores que no caso é o analítico-sintético. Alguns trabalham com o sintético e assume o tradicionalismo, acreditando que dessa

no ensino da linguagem e quatro questões que se referem à expressão escrita dos alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Foram realizadas observações em sala de aula, nas turmas de 1º ao 5º dos anos iniciais, sem a intervenção do pesquisador.

As produções textuais dos estudantes, foram recolhidas e analisadas de acordo com o planejamento diário do professor.

Parafraseando Sampiere (2008). Os dados coletados nos ligam ao mundo empírico e quando sistematicamente coletados fornecem base para a produção intelectual. A coleta de dados é o ato de pesquisar e de procurar informações sobre o tema escolhido facilitando assim, uma posterior análise, ponto a ponto dos fatos e do fenômeno que estará sendo investigado.

forma o aluno aprende a escrever, outros avançaram na forma da análise e trabalham com um método mais global que é o de análise de textos e palavras.

Na expressão escrita dos alunos a maioria dos professores afirmou que apenas 20% dos seus alunos produzem um texto e que sentem muita dificuldade nesta atividade. Outros falam que os que não apresentam dificuldades de aprendizagem conseguem produzir um texto de acordo

com a sua série e outros falaram que a turma consegue escrever textos, pois já sabem ler.

A maioria dos professores disse que às vezes, pois, sempre a produção do texto resulta de uma atividade lúdica e que os alunos precisam ser bastante estimulados para poder escrever. Outros falaram que os alunos não escrevem por que sentem preguiça e pela falta de criatividade. Os que falaram que sim disseram que os alunos que gostam de escrever, são os que já sabem ler.

As observações de campo foram realizadas de forma não participativa por cinco (5) dias em cada escola. Na escola 1 percebe-se pouco incentivo para linguagem escrita, dando-se mais ênfase a leitura. O material escrito exposto na escola eram letras, sílabas e palavras isoladas. Pouquíssima produção textual dos alunos. No planejamento dos professores a linguagem escrita aparece como um complemento da linguagem oral. No projeto político pedagógico observasse um grande incentivo à leitura através de projetos didáticos. A maioria dos alunos na hora de escrever um texto se sentiu incomodados e pediam para que os professores colocassem no quadro as palavras ou que ajudassem a escrever e se recusaram a fazer a atividade. Outras crianças perguntaram se valeria nota e por que iriam fazer esse tipo de atividade. Duas professoras do ano 1 quando avisadas da solicitação da produção de texto se assustaram e alegaram que as crianças não

sabiam ler. E pediram para que fosse realizado um ditado de palavras com os padrões silábicos trabalhados. Em uma das turmas a professora trabalhava um bingo e colocava como pesquisa um silabário. Percebe-se que o método aplicado pelos professores é o sintético, dando ênfase ao método silábico, priorizando a leitura e cópia das palavras. A produção escrita pouco aparece no dia-a-dia. Os livros didáticos apresentam um nível elevado para os estudantes alegam alguns professores pois são livros para alunos que já sabem ler.

Na escola 2, observa-se pouca produção escrita dos alunos, material escrito pela escola muito pouco. Observa-se o uso do método sintético das partes para o todo. Priorizam muito a leitura. O projeto político pedagógico apresenta atividades que contemplam projetos didáticos que envolvem leitura e escrita. A proposta pedagógica da escola propõe uma meta de elevar em 90% a leitura e a escrita dos alunos. Os livros didáticos apresentam vários gêneros textuais que incentivam a escrita, porém os professores alegam desinteresse dos alunos para esse conteúdo. Faltam livros e os que têm livros deixam em casa e ficam atrapalhando a aula. Muita indisciplina em sala de aula, muita atividade no quadro para conter os alunos.

Na escola 3, a pedagogia de projetos é muito presente. Percebem-se, algumas atividades coletivas dentro de suas

especificidades e turmas de acordo com temas propostos. A linguagem escrita é mais divulgada dentro das salas de aula, porém a ênfase maior no trabalho está na leitura. Os métodos utilizados na maioria das vezes é o sintético analítico. E que muitos professores tiveram dúvidas sobre o tipo de método utilizado em sala de aula. O projeto político pedagógico apresenta em uma de suas ações elevarem o índice de leitura nas séries iniciais do ensino fundamental, trazendo como atividade sala de leitura para os alunos com dificuldades de leitura. Os livros didáticos são bem utilizados, porém pouco se explora a produção escrita. A linguagem escrita é utilizada como cópia de textos. Muitos alunos apresentam dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita e o professor fica com uma sobrecarga grande em sala de aula, mas consegue através dos projetos obterem êxito.

Escola 4 – Os professores apresentaram muita disponibilidade para ajudar na pesquisa. Demonstraram algumas técnicas para desenvolver a linguagem escrita como jogos de sílabas, bingo de letras, jogo de trilhas com palavras. A turma do 5º ano trabalhava em grupo com uma paródia. Porém percebe-se pouco incentivo a linguagem escrita a ênfase maior está na leitura. O projeto pedagógico aponta proposta de trabalhar com vários gêneros textuais e isto ficou bem visto em algumas

salas. A dificuldade maior de escrever aparece mais nas turmas de 1º ao 3º anos e os alunos quando solicitados a escrever diziam “pede a tia ela já sabe escrever” “eu sei escrever bem pouco”. Nas turmas de alfabetização o método que predominava era o sintético como o silábico e o fonético, nas turmas de 4º e 5º ano já se trabalhavam com um método mais global.

Escola 5- Poucas produções dos alunos na escola, as produções estavam contempladas na sala de aula. Os professores têm algumas dificuldades pela infraestrutura da escola e falta de apoio da família. Trabalham com jogos de alfabetização e com projetos didáticos que contemplam a linguagem escrita. No projeto político pedagógico não aparece nenhuma ação que contemple leitura e escrita, apenas reforço para as áreas de matemática e de língua portuguesa sem especificar conteúdo. No planejamento dos professores percebem-se competências que desenvolvem a linguagem escrita, sem está atrelada a linguagem oral aparece como dois processos.

A partir da pesquisa realizada nessas escolas observa-se certa inquietação do professor sobre esse tipo de linguagem tão estigmatizada que para escrever tem que ler. O processo caminha junto, como diz Emília Ferreira. E a percepção é que a prioridade maior dos professores é que os alunos leiam, a escrita vem como consequência.

Essa seria a compreensão dos mesmos sobre esse outro tipo de linguagem, os métodos aplicados sempre dão ênfase a leitura, a escrita pouco é estimulada através dos métodos. As técnicas e as estratégias para a língua escrita são pouco exploradas pelos professores e quando acontece não tem uma conclusão do que se começou. Recebem apoio pedagógico na medida em que produzem e quando sentem necessidade. A linguagem escrita está tão presente na sociedade, porém, ainda precisa fazer mais parte do cotidiano das escolas.

Outro ponto observado na pesquisa foram os projetos didáticos trabalhados nas escolas, ao qual se propõem uma sequência didática de atividades mais podendo contemplar assim a linguagem escrita. Porém, o foco maior que encontramos foi na leitura.

Na medida, que acontecia às intervenções de sugestões para o trabalho com esse tipo de linguagem percebe-se a ebulição de ideias e de criatividade muitas

vezes adormecida pelo professor por vários fatores e um deles é a rotina e a falta de condições de trabalho. E assim, ainda conseguem desenvolver um bom trabalho em sala de aula.

O método utilizado pelos professores sempre parte das unidades para o todo, alguns podem até iniciar com um método mais global. Porém, volta sempre para a mecanização das palavras e letras. A maioria, como se observa nos resultados utilizam o método silábico. Tradicionalmente a aprendizagem da escrita tem-se considerado como uma aprendizagem de um código de transcrição, do som para grafia.

Diante de todo o histórico vivenciado pela linguagem escrita, percebe-se a forte influência tradicional do ensinar a escrever, através de formas prontas para a memorização. O método silábico parte de uma visão simplista que justifica a solução do ler e escrever através da transmissão e da correspondência do som e da grafia.

CONCLUSÃO

Numa nova perspectiva de ensino da linguagem escrita faz-se necessário uma análise e reflexão sobre o que se vai escrever e sobre o que se escreve. Alguns autores propõe uma reinvenção nas estratégias didáticas sistemáticas no que diz respeito a língua.

A linguagem escrita na escola resume-se em produção textual narrativa. A realização de atividades no dia-a-dia como interpretar e produzir uma tabela, um gráfico, escrever uma mensagem para o outro, comparar mercadorias umas às outras, fazer uma simples lista de compras ou de coisas que lhes agradam pouco está

sendo desenvolvidas na escola. Percebe-se uma distância da linguagem escrita que circula na sociedade e a que é desenvolvida na escola.

Observa-se que as implicações estabelecidas pelos professores investigados em relação à linguagem escrita é que o aluno precisa aprender a ler primeiro para depois desenvolver a habilidade de escrever. Verifica-se na teoria e na prática que os métodos expostos não se percebem a intenção de promover a escrita em sua função social e que a escrita inicial aparece de forma mecânica.

As estratégias e técnicas aprendidas nas formações continuada, quando acontece, precisam ser adaptadas à realidade da sala de aula dos professores. Muitas vezes pelo nível de aprendizagem dos alunos e muitas vezes pela falta de material didático adequado. Muitos dos professores recebem o material da escola como jogos, tabelas, agendas, mas sentem dificuldades em aplicá-los em sala de aula, pelo número de alunos em sala e pela falta de prática com o novo material.

Os alunos precisam pensar para escrever, precisam entender o que é a escrita e para que ela serve. Os alunos precisam diferenciar o que vão ler do que vão escrever, precisam fazer com autonomia mesmo que o resultado não seja da forma convencional. É preciso entender a função social da escrita.

Observa-se interferências de fatores externos a pesquisa como: falta dos professores, grande quantidade de alunos em sala de aula, a indisciplina dos alunos, a falta de estímulo do professor e do aluno e a falta de tempo da gestão.

Precisa-se de estratégias mais específicas que complementem essas outras atividades para que haja uma reflexão da língua escrita como: planejar o texto, redigir rascunhos e revisar.

Muitos professores alegam que os alunos não escrevem por falta de criatividade e que os mesmos não conseguem organizar as ideias. A pesquisa nos aponta que os alunos conseguem expressar o que pensa um pouco limitado, mais expressam. O que se faz necessário é o incentivo para revisar e refletir sobre a língua colocando-se propósito no que se escreve e socializando as produções.

Encontramos nas salas de aula vários ritmos de aprendizagem, várias formas de aprender e quando não se utiliza estratégias que sejam adequadas para cada tipo de ensino, poderá comprometer a aprendizagem e até mesmo levar ao desestímulo por ambos os sujeitos envolvidos neste processo, professor e aluno.

Compreende-se que a influência de fatores sociais são presentes nas salas de aula e que é de suma importância explorar no processo de ensino as experiências dos

alunos para que essa experiência se transforme em uma aprendizagem significativa.

A metodologia da linguagem escrita deverá ser específica para cada ano/série do Ensino Fundamental, pois cada etapa de ensino dar mais ênfase há algumas atividades pelo amadurecimento do desenvolvimento da criança, exemplificando no 1º ano do Ensino Fundamental percebe-se a necessidade do domínio do sistema de escrita alfabética, onde a criança vai compreender como funciona a escrita convencional na nossa sociedade. No 2º ano estabelece-se uma relação grafo fônica das palavras (grafema-fonema) e 3º ano trabalha-se para o domínio das normas ortográficas, 4º e 5º ano continua-se o trabalho para uma escrita de forma convencional onde se apresenta coesão e coerência no que se escreve.

E o que se observa nas análises das produções escritas dos alunos é que quando eles chegam ao 4º e 5º ano o desinteresse é maior em relação a uma produção com eficácia e de boa qualidade.

A linguagem escrita precisa em primeiro lugar ser compreendida pelo professor, saber qual a função e como ela será útil na vida do aluno. Investigando e experimentado métodos que estimulem essa linguagem, percebendo que ler e escrever são processos diferentes, mas indissociáveis e que cada processo tem seu tempo e suas

atividades específicas. Dando-se ênfase para um trabalho que envolva a prática social desse tipo de linguagem.

A pesquisa teve como contribuição um estudo mais aprofundado sobre as metodologias da linguagem escrita. Verificou-se que todos os métodos utilizados pelos professores, precisam ter especificidade para esse tipo de linguagem. Pois, ela se apresenta como um objeto de conhecimento e não como uma decifração de códigos.

A linguagem escrita precisa ser vista como um processo independente da linguagem oral, que está interligado, mas que precisa de uma metodologia própria.

Na busca de mais respostas para o problema constatou-se a necessidade de investimento em estratégias próprias para a escrita como: planejar, redigir e revisar o que se escreve.

Percebe-se a necessidade do professor em conhecer cada método para a linguagem escrita que ele aplica em sala de aula, pois passa despercebida essa especificidade da língua.

Cabe enfatizar que a escola precisa se mobilizar e realizar formações específicas nas áreas que os professores apresentam dificuldade de trabalhar. Pois, neste contexto verificou-se que grande parte dos professores precisa de apoio pedagógico e de formação continuada na escola.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Eugênio. *Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade*. RJ: Editora Wak, 2011.
- GÓMEZ, Ana Maria Salgado. *Dificuldades de aprendizagem*. RJ: cultural, 2011.
- MORAIS, Antônio Manuel Pamplona. *Distúrbios de aprendizagem*. SP: Editora Edicon, 2006.
- MORINO, Carlos Richard Ibañez. *La etapa escolar de los 6 a los 12 años*. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 2008.
- RISUEÑO, Alícia. *Transtornos específicos da aprendizagem*. Buenos Aires: Editorial Bonum, 2005.
- SANCHEZ, Garcia. *Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SANTOS, Mônica Alves Ferreira. *Dificuldades de aprendizagem na alfabetização dos alunos de classes populares. Universidade Candido Mendes- Pós-graduação "latu sensu"*, Monografia. Rio de Janeiro, 2004.
- ZORZI, Luiz Jaime. *Aprendizagem e distúrbios da escrita*. Porto Alegre: Artmed, 2003.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

PORTADORES DE DISLEXIA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Aracy Felix Silva¹

RESUMO

O objetivo desse artigo, por meio de uma revisão da literatura é investigar o processo ao qual um indivíduo com dislexia sofre em seu processo de aprendizagem. É notório o avanço da ciência sobre as causas da dislexia, especialmente na neuropsicologia, e no funcionamento anátomo funcional. Grande parte das dificuldades com as quais as crianças disléxicas se deparam ocorre no âmbito da palavra individual, tal estudo tem implicações nas abordagens terapêuticas, essa desconstrução possibilita entendermos a divisão do que é ser “normal” do patológico.

Palavras-chave: Dislexia. Leitura. Anátomo funcional. Aprendizagem.

Submetido em dezembro de 2019 e aceito em janeiro de 2020.

¹ Pós Graduando do Curso de Neuropsicopedagogia com ênfase em saúde mental da FG Faculdades – Porto Alegre RS, aracyfelixs@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em 1896, um menino de 14 anos de idade chamado Percy, instigado por sua dificuldade para aprender a ler e a escrever, consultou um médico e lhe disse que, embora fosse inteligente, não conseguia aprender a ler e escrever. Esse menino não sabia o alfabeto e apresentava erros ao grafar as palavras. O médico que o atendeu foi o inglês Pringle Morgan que, verificando suas dificuldades, apesar de ter visão normal, diagnosticou-o como portador de “cegueira verbal congênita”, marcando o surgimento da categorização de um distúrbio de aprendizagem – a dislexia – como patologia resultante de lesão cortical. Tal diagnóstico, porém, foi influenciado por estudos realizados com adultos que apresentavam transtornos na escrita, após sofrerem uma lesão cortical localizada, conforme Quirós e Della Cella (1972).

A dislexia é considerada como um distúrbio ou apresentação de dificuldades na aprendizagem e na linguagem, entendimento das palavras, da escrita, a soletração, assim como a compreensão e interpretação de textos e de atividades que envolvem o raciocínio lógico, de modo geral, a dislexia tem sido classificada de duas maneiras: a dislexia de desenvolvimento e a dislexia adquirida.

Este artigo visa esclarecer o processo de desenvolvimento e dificuldade de aprendizagem, segundo a revisão literária que será discutido mais à frente. Segundo a Associação Brasileira de Dislexia, o distúrbio é mais frequente nos homens, dados mostram que uma mulher para cada quatro homens pode ter dislexia, acomete de 0,5% a 17% da população mundial, pode manifestar-se em pessoas com inteligência normal ou mesmo superior e persistir na vida adulta.

Os sintomas variam de acordo com os diferentes graus de gravidade do distúrbio e tornam-se mais evidentes durante a fase da alfabetização. Entre os mais comuns encontram-se as dificuldades para ler, escrever e soletrar; de entendimento do texto escrito; identificar fonemas, associá-los às letras e reconhecer rimas e aliterações; para decorar a tabuada, reconhecer símbolos e conceitos matemáticos (discalculia); ortográficas: troca de letras, inversão, omissão ou acréscimo de letras e sílabas (disgrafia); de organização temporal e espacial e coordenação motora.

Há concordância na literatura de que grande parte das dificuldades com as quais as crianças disléxicas se deparam ocorre no âmbito da palavra individual, em particular na aquisição de habilidades automáticas de reconhecimento de palavras, o que altera a

leitura fluente (Byrne, 1998). Por isso, crianças com dificuldades de leitura são mais dependentes do contexto do material lido. Essa dependência pode ser, em parte, um modo de compensar habilidades menos proficientes de reconhecimento de palavras (PERFETTI, 1992).

A concepção científica da leitura deficiente predominante nos dias atuais é,

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada foi uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, de caráter exploratório e qualitativo. Fez-se necessária leitura, análise e interpretação de livros, periódicos,

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tipos de dislexia

Há vários tipos de dislexia, a mais frequente entre as crianças disléxicas é a auditiva ou fonética, que ocorre devido a carência de percepção dos sons, o que acomete também as dificuldades com a fala, nessa leitura o indivíduo observa as palavras de uma forma global, deduzindo apenas as conhecidas, apresentam dificuldades na diferenciação, na análise e na nomeação dos sons da fala. Estão sujeitas a apresentarem problemas de memória, dificuldade em colocar pensamento em palavras, pronúncia incorretamente

portanto, uma concepção em termos de déficit no processamento fonológico (WAGNER E TORGESEN, 1987). Este artigo mostra como a desconstrução de uma patologia implica na visão que temos sobre um sujeito em si, entre o que é ser normal na aquisição da escrita e/ou interpretação de textos do patológico.

textos legais e documento disponíveis em bibliotecas físicas e virtuais. Duas categorias temáticas foram obtidas a partir da análise dos documentos, a saber: tipos de dislexia; a avaliação e o processo neuropsicológico da aprendizagem infantil.

palavras longas ou transpõe frases, palavras e sílabas ao falar.

As crianças com dislexia visual apresentam dificuldades sobretudo nas tarefas de percepção e discriminação visual, parecem ter problemas com a visão, mas exames oculares não revelam nenhum. Tendem a erros de orientação, problemas de discriminação de tamanhos e formas, confusões entre grupos de letras e dificuldades em transformar letras em sons, para além disso, apresenta ainda graves problemas em relação à ortografia e no reconhecimento de certas palavras que se pronunciam de forma diferente da escrita. Quando existe a combinação de mais de um

tipo de dislexia, cujo nome é dado de dislexia mista, a dificuldade das crianças verifica-se tanto na análise fonética das palavras como na percepção de letras e palavras completas.

A dislexia do desenvolvimento é associada a disfunção cerebral, de base congênita, que sofre influências do meio, acometendo as bases subcorticais e corticais, alguns autores também consideram os fatores genéticos como umas das causas da dislexia do desenvolvimento. Até o século XIX, as informações e pesquisas que se tinham a respeito da sua patologia, ofereciam poucas evidências de bases biológicas e poucas informações sobre os processos de leitura da criança disléxica.

Esse quadro somente se modificou no final do século XX, em decorrência do desenvolvimento de técnicas de exame eletrofisiológicas e de neuroimagem, que levaram a elaboração de modelos teóricos e permitiram a obtenção de um maior conhecimento sobre as alterações anatomo funcionais presentes em indivíduos com dislexia, bem como a melhor compreensão sobre as vias cerebrais relacionadas ao processo de consciência fonológica, fundamental para o desenvolvimento da fala, leitura e escrita (KAJIHARA, 2008.).

Para que o processo da leitura e escrita ocorra de forma eficiente é necessário que as áreas cerebrais

responsáveis pelo desenvolvimento dessas habilidades estejam em correto funcionamento e de forma integrada, visto que o processo da leitura requer, de sistemas sensoriais, motores além de aspectos neurológicos, psicológico, socioculturais dentre outros. Existem três caminhos neurais para a leitura: parietotemporal (responsável pela análise das palavras), frontal e occiptotemporal (responsável pela forma das palavras). Os dois primeiros são considerados “caminhos lentos”, sendo utilizados principalmente por leitores iniciantes; e o último é considerado um “caminho rápido”, utilizado por leitores mais experientes (DEUSCHLE E CEHELLA, 2009), em indivíduos com dislexia as partes anterior e posterior do cérebro, há uma subativação de caminhos neurais da parte posterior e uma superativação da parte anterior do cérebro.

Como consequência, a falha nos sistemas posteriores impede o reconhecimento rápido e automático das palavras e o desenvolvimento do lado direito e da parte anterior como sistema compensatório, permite que haja uma leitura precisa, porém mais lenta. Estes resultados sustentam a conclusão de que o prejuízo na dislexia fonológica é anatomo funcional e que esses padrões de ativação cerebral podem fornecer uma assinatura neural para esta deficiência (SHAYWITZ, 2002).

A avaliação e o processo neuropsicológico da aprendizagem infantil

A aprendizagem é definida como uma mudança de comportamento resultante de prática ou experiência anterior. Devido ao fato da aprendizagem ser constituída por processos neurais é de grande valia fazer uso dessa ferramenta de estudo para compreender esse processo, dado que alterações nesses processos resultam em transtornos de aprendizagem, compreendendo o funcionamento intelectual do indivíduo, o uso de instrumentos para uma intervenção e melhoria na aprendizagem da criança, se torna mais eficaz.

A aprendizagem é um processo contínuo, que opera sobre todos os dados que alcançam um umbral de significação, dependendo, essencialmente, da memória e da atenção. A capacidade de especialização cerebral em armazenar dados ('engramas') para a sua utilização posterior permite, mediante a memória, codificar e decodificar informação; existem vários tipos de memória (sensorial, curto prazo ou de trabalho, e longo prazo) que podem trabalhar, não só sequencialmente, mas também em paralelo, dependente basicamente da plasticidade sináptica.

Atenção permite focalizar atividades conscientes dependentes de

sistemas e subsistemas anátomo-funcionais, que trabalham como redes em paralelo, permitindo uma atuação simultânea e interativa nas tarefas cognitivas (CORREIA E CAMPOS, 2000). A aprendizagem infantil, no que tange ao processo escolar em geral, está intimamente relacionada ao desenvolvimento da criança, às figuras representativas desta aprendizagem (escola, professores), ambiente de aprendizagem formal, condições orgânicas, condições emocionais e estrutura familiar.

Qualquer intercorrência em um ou mais destes fatores pode influenciar, direta ou indiretamente, o processo de aquisição da aprendizagem (LOPES, 2001). A leitura, um dos processos mais complexos da aprendizagem, compreende a discriminação visual de símbolos gráficos (grafemas) por meio de um processo de decodificação que se passa na segunda unidade, só possível com um processo de atenção seletiva regulada pela primeira unidade.

Posteriormente, e ainda na mesma unidade, há que selecionar e identificar os equivalentes auditivos (fonemas) por meio de um processo de análise e transdução, de síntese e comparação, a fim de edificar a busca da significação (conjectura) e avaliar os níveis de compreensão latentes. A partir daqui, surgirá uma nova operação de equivalência que compreende a codificação, ou seja, que são executados e verificados na área da Broca, isto é, na

terceira unidade. Dos motos neurônios superiores frontais, a linguagem interior se transformará em linguagem expressiva, por meio da oralidade, ou seja, da produção de sons articulados. É este o todo funcional que caracteriza a aprendizagem da leitura. É dentro desse conjunto funcional que se pode verificar um distúrbio ou disfunção neuropsicológica que pode, por consequência, redundar numa dificuldade de aprendizagem (FONSECA, 1995).

Embora as contribuições da neuropsicologia sejam benéficas nas esferas de intervenção do psicopedagogo, este tema se torna bastante relevante em ambientes escolares, visto que, são grandes os casos de crianças que apresentam dificuldade na aprendizagem escolar, determinado por múltiplos fatores desde a gestação ao tipo de vida que eles enfrentam e os primeiros anos escolares.

A neuropsicologia é a ciência da organização cerebral dos processos mentais humanos, cujo objetivo é 'a investigação do papel de sistemas cerebrais individuais em formas complexas de atividade mental' (LURIA, 1981). Tal investigação permite aprofundar os conhecimentos psíquicos, por meio da análise das correlações entre condutas e determinadas zonas corticais.

Há concordância na literatura de que grande parte das dificuldades com as quais as crianças disléxicas se deparam ocorre no âmbito da palavra individual, em particular

na aquisição de habilidades automáticas de reconhecimento de palavras, o que altera a leitura fluente (BYRNE, 1998). A neuropsicologia tem tido crescente atuação no que diz respeito à avaliação, na medida em que se reconhece a importância de se investigar e chegar a um diagnóstico a fim de viabilizar o tratamento mais adequado.

A avaliação consiste na aplicação de técnicas de entrevistas e exames quantitativos e qualitativos, através de testes envolvendo a atenção, a memória, a percepção, a linguagem e o raciocínio em pacientes de qualquer idade. Os testes são restritos e de uso exclusivo de profissionais da psicologia. Os conceitos de Luria tem sido o alicerce para o entendimento das funções cerebrais, em especial, neste caso, a compreensão das disfunções corticais.

A aprendizagem se refere a aptidão e a possibilidade que uma pessoa tem de se eleger e aprender informações, conhecer, experimentar, compreender, decodificar, agregar, armazenar, e utilizar informações provenientes do meio em que vive. Tais capacidades proporcionam a associação e a integração desses elementos aos conhecimentos que esse indivíduo possui, aprofundando relacionamentos eficazes e melhor qualidade de vida (DIAS, 2003). Cabe então aos leitores serem cúmplices ou críticos em relação às diferentes maneiras de interpretação da realidade e de intervenção sobre ela. (BOURDIEU, 1998).

CONCLUSÃO

Mediante a esta revisão de literatura fica claro que a concepção científica da leitura deficiente predominante é, portanto, uma concepção em termos de déficit no processamento fonológico. A compreensão dos modelos mentais utilizados na

compreensão do sujeito com o mundo ajuda o processo de aprendizagem quando se pode através deste conhecimento, utilizar métodos e estratégias variadas para que o cérebro possa absorver com maior qualidade as informações, afiançando assim que a aprendizagem seja garantida.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1998). *A economia das trocas linguísticas* (2a ed., S. Miceli e cols., Trans.). São Paulo: Ed. USP.
- BYRNE, B., & FIELDING-BARNSLEY, R. (1989) Phonemic awareness and letter knowledge in the child's acquisitions of the alphabetic principle. *Journal of Educational Psychology* 81(1), 313-321.
- Correia, M. F. B. & Campos, H. (2000). Psicologia escolar: Histórias, tendências e possibilidades. Em O. H. Yamamoto e A. Cabral Neto (Orgs), *O psicólogo e a escola* (pp. 59-97). Natal, RN: EDUFRN.
- DEUSCHLE, P.; CECHELLA, C. V. O déficit em consciência fonológica e sua relação com a dislexia: Diagnóstico e intervenção. *Rev CEFAC*, v.11, Supl2, p. 194-200, 2009.
- Fonseca, V. (1995). *Introdução às dificuldades de aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Formighieri, F. S. M.; Oliveira, D. E.; Sbardelotto. A dislexia e a dificuldade na aprendizagem. In: Anais do 13º Encontro Científico Cultural Interinstitucional, 2015. Disponível em <www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/dislexia-dificuldade-aprendizagem>. Acesso em: 20 de fev. 2020.
- LURIA, A. R. *Fundamentos de neuropsicologia*. São Paulo: Edusp, 1981.
- PERFETTI, C.A. (1992). A capacidade para a leitura. In: STERNBERG, R. *As capacidades intelectuais humanas: uma abordagem em processamento de informações*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Quirós, J. B.; Della Cella, M. (1972). *La dislexia en la niñez* (3a ed.). Buenos Aires: Editorial Paidós.
- SHAYWITZ, B.A.; SHAYWITZ, S.E.; PUGH, K.R.; MENCI, W.E.; FULBRIGHT, R.K.; SKIDLARSKI, P. - Disruption of posterior brain systems for reading in children with developmental dyslexia. *Biol Psychiatry*, v. 52, p. 101-110, 2002.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- WAGNER, R.K.; TORGESEN, J.K. The nature of Phonological Processing and Its Causal Role in the Acquisition of Reading Skills. *Psychological Bulletin*, v. 101, n. 2, p. 192-212, 1987.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

O DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E A QUALIDADE DE VIDA NO ÂMBITO TRABALHISTA

Maria Betânia Costa Góes¹

RESUMO

O objetivo deste artigo foi mostrar que o fator qualidade de vida no trabalho deve estar presente em todas as organizações (públicas e privadas), pois, refletem nos aspectos comportamentais, ambientais e organizacionais, uma vez que devem ser significativas para a produtividade individual e coletiva, a competitividade e a qualidade das atividades desenvolvidas. Hipoteticamente falando a implantação da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores vem a contribuir para os aspectos orgânicos e psicológicos deles. Orgânicos, porque o ambiente de trabalho deve ser um local não estressante, isto é, distante de situações que causem ansiedade, angústia e até ambiente inadequado para desenvolver as atividades laborais. Psicológico, pelo fato de o ambiente ser harmonioso e adequado ao trabalho. Registra-se como sendo uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir da catalogação de materiais coletados de revistas, livros e artigos publicados. Foi por intermédio destas fontes de estudo que se observou a necessidade da busca da qualidade de vida nas organizações, já que ajuda na construção de um ambiente harmonioso para o trabalho, sem estresse e adequado em suas relações pessoais.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Trabalho. Pessoas.

Submetido em dezembro de 2019 e aceito em janeiro de 2020.

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Alagoas.

INTRODUÇÃO

A visão da organização, considerada a partir da qualidade de vida no trabalho e da gestão, deixa transparecer a natureza da produtividade e do desenvolvimento das atividades, levando em consideração os aspectos físicos, ambientais e psicológicos.

Dentro dessa dinâmica, verifica-se que o mundo de trabalho passa por transformações e requer a qualificação dos profissionais das empresas. Igualmente, é necessário que surjam significativos investimentos (colaboradores e espaços físicos e materiais) para melhorar a qualidade do desempenho de suas atividades laborais.

Nessa arena reflexiva, percebe-se que em qualquer área laboral, as pessoas devem ter níveis significativos de qualidade e produtividade, ainda mais, precisam estar motivadas para participarem ativamente na execução de suas atividades e devidamente remuneradas.

Na verdade, tudo implica no desenvolvimento pessoal, tendo esta uma perspectiva crítica reflexiva, valorizando o pensar e o agir autônomos, integrando ao

METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo revisão de literatura tradicional, não sistemática, exploratória e descritiva, de natureza

trabalho. Então, se há a gestão de pessoas, então há a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Diante desta perspectiva traçou-se como objetivo identificar a contribuição da qualidade de vida para gestão de pessoas.

Para desenvolver esse artigo foi realizada a catalogação de livros, artigos publicados e revistas, levando em conta o estudo qualitativo e bibliográfico. Sendo o registro realizado, em conformidade com as normas de trabalho científico, levando em tela a catalogação dos materiais e posteriores registros das informações.

É um trabalho que se justifica por ter a qualidade de vida no trabalho como ponto fundamental para identificar os fatores que levam à desmotivação e compromete a gestão. Além do mais, grande parte dos trabalhadores estar suscetível às mudanças diárias de suas atividades, precisando se adaptar para obter a satisfação e desempenho de suas necessidades pessoais por intermédio do trabalho na organização. Diante deste contexto, este trabalho teve por objetivo discutir sobre o fator qualidade de vida no trabalho das organizações públicas e privadas.

qualitativa. Foram analisados artigos científicos publicados em periódicos nacionais, disponíveis nos formatos impresso e eletrônico, além de livros textos.

Após análise dos trabalhos foi possível desenvolver cinco categorias temáticas: conceitos e técnicas para a melhoria na prestação dos serviços; indicadores de qualidade em serviços versus padrões de

desempenho; elementos de Interação de um Serviço; qualidade nos serviços prestados; o desenvolvimento nas organizações e a qualidade de vida no trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O fator qualidade em atendimento ao cliente é imprescindível para uma ótima gestão nas organizações públicas. Esse detalhe básico gera a volta do cliente e ainda sim através do mesmo é realizada a propaganda boca a boca consequentemente trazendo novos clientes à empresa. Vejamos a seguir alguns tópicos que vem a esclarecer melhor este fator.

Conceitos e técnicas para a melhoria na prestação dos serviços

Da mesma forma que o objetivo de melhoria, o envolvimento das pessoas em todas as fases da prestação dos serviços é fundamental. Quanto mais preparados os funcionários para enfrentar problemas referentes à qualidade na prestação dos serviços, melhores níveis de produtividade serão obtidos.

O processo inicia-se com a identificação das necessidades e expectativas do cliente, manifestas nas dimensões do serviço. Com base nestas dimensões, a empresa pode identificar seus projetos críticos-chave e adequá-los às

necessidades dos seus clientes (LUDWIG, 2014).

Para uma melhoria do atendimento ao cliente na prestação dos serviços, é necessário estabelecer prioridades por meio dos processos que aumentam imediatamente a satisfação do cliente com o serviço prestado. A definição das prioridades no processo de melhoria consiste em identificar tarefas, procedimentos (atividades) ou sistemas, fundamentais para a qualidade dos serviços.

A seguir, são apresentadas ferramentas e técnicas que podem ser utilizadas para determinar as dimensões e requisitos dos serviços. Estas ferramentas ou técnicas de gestão da qualidade podem ser utilizadas na identificação das causas significativas de alguns efeitos não desejados. Entre estas técnicas para a melhoria da prestação de serviços, pode-se citar:

- Gestão da Qualidade Total (TQM);
- Os Círculos de Controle da Qualidade (CCQ);
- O Desdobramento da Função Qualidade (QFD);

• O ciclo *Plan-Do-Check-Act* (PDCA), *Benchmarking* e outros (LUDWIG, 2014).

Estas técnicas e ferramentas são úteis para analisar a melhoria do atendimento ao cliente durante a prestação de um serviço, visando a sua satisfação final.

Indicadores de qualidade em serviços versus padrões de desempenho

Digamos que uma pesquisa aponte que os clientes de um banco considerem como mais importantes duas das Dimensões da Qualidade em Serviços, referentes ao Fator Desempenho: (1) precisão (realizar exatamente o que se propõe) e (2) rapidez (no menor tempo possível). Os indicadores, neste caso, seriam: no primeiro “quantidade de erros” e no segundo “minutos”. Os indicadores podem ser expressos em unidades numéricas – horas, metros, vezes – ou em alternativas de respostas -- satisfeito, insatisfeito, bom, ruim - a perguntas sobre a opinião dos Clientes quanto a Qualidade percebida do Serviço nas suas diversas dimensões. (LOBOS, 2013)

Cada indicador de Qualidade deve ter um padrão de desempenho estabelecido. Por exemplo, como demonstra Lobos (2013): “uma oficina mecânica conclui que os clientes atribuem muita importância à

Dimensão ‘eficácia’. Estabelece então, a ser medido, o requisito que denomina ‘Sem Retorno’. O indicador, no caso, seria o ‘número de retornos’ e o padrão de desempenho igual à zero”.

Em outro exemplo, um banco pode estar com problemas oriundos da demora na entrega de cartões magnéticos para os clientes. Estabelece como requisito à “mínima permanência dos cartões na agência antes de serem entregues aos clientes”. O indicador seria a “quantidade de dias que os cartões permanecem na agência antes de serem entregues aos clientes” e o padrão de desempenho, estabelecido em conjunto com os executores do serviço, uma quantidade mínima possível de dias (LOBOS, 2013, p.76). É fundamental que o desempenho efetivo seja regularmente medido para comparações com os padrões de desempenho estabelecidos.

É também essencial não confundir indicadores de desempenho, que são expressões da Qualidade desejada, com metas de natureza gerencial ou orçamentária, que são objetivos de negócio. Preencher pelo menos 20 apólices de seguros por mês, sem cometer erros, evitando que os Clientes sejam prejudicados posteriormente, é um padrão de desempenho no âmbito da Qualidade em Serviços. Vender 20 apólices de seguros por

mês, entretanto, é uma meta gerencial (LOBOS, 2013, p.78).

Elementos de interação de um serviço

As operações de serviços ocorrem em dois níveis que vão influenciar o relacionamento com o cliente: uma parte visível, chamada de front office ou proscênio, local onde o cliente interage diretamente com o serviço (por exemplo, o salão de um restaurante), e back office ou retaguarda, onde tudo é preparado para o atendimento ao cliente (a cozinha desse restaurante).

Kotler (2014, p.69) afirma que para o cliente, o modo como a organização se estrutura internamente não está visível. Seu contato com a organização se faz por meio do ambiente físico e do relacionamento direto com o funcionário. Mas, para que esse ambiente e esse atendimento sejam os mais adequados, os serviços internos devem ser executados com foco no cliente, de modo que aqueles que lidam com ele diretamente possam prestar-lhe um serviço de alta qualidade.

No relacionamento pode haver maior ou menor contato pessoal e, respectivamente, menor ou maior uso de equipamentos. Pelo grau de utilização de equipamentos ou pessoas nos serviços é possível estabelecer algumas de suas muitas classificações (KOTLER, 2014).

Os serviços profissionais são aqueles em que as operações básicas ocorrem no front office, o número de clientes atendidos num determinado período costuma ser reduzido e o profissional responsável por sua execução tem um alto grau de liberdade, podendo inclusive personalizar o atendimento.

Nesse tipo de serviço, as pessoas assumem maior importância e, conseqüentemente, a relação entre as atividades de marketing com destaque para o marketing interno e as de gestão de pessoas. Incluem-se nessa categoria os serviços prestados pelos profissionais liberais em geral (KOTLER 2014, p.70).

Por outro lado, os serviços de massa, como o próprio nome indica, atendem um grande número de pessoas num determinado período. Nesse caso, as operações importantes ocorrem no back room, com intensa utilização de equipamentos, havendo pouco contato direto e baixo índice de autonomia e personalização (KOTLER 2010, p.70).

O processo em si tem maior relevância. São exemplos de serviços de massa o transporte público, o cartão de crédito e a comunicação. As chamadas lojas de serviços como bancos, restaurantes e hotéis, por exemplo, é um meio-termo entre os serviços profissionais e os serviços de massa.

Q

Qualidade nos serviços prestados

Um melhor desempenho nos serviços gera vantagem competitiva, difícil de ser imitada pela concorrência, e é condição necessária para o retorno do cliente. Entretanto, uma razão para a busca da excelência nos serviços é que este não é suficiente para garantir diferenciação com relação aos concorrentes, nem para construir um relacionamento com os clientes, nem para competir em valor sem competir em preço, e nem para motivar o aprimoramento dos funcionários no trabalho.

Para obter estes benefícios, a qualidade é o nível de excelência que a empresa escolhe alcançar para satisfazer ao cliente. Então, se prestar serviços com qualidade é parte integrante da criação de valor, o próprio cliente deve constituir-se o foco da estratégia destes serviços.

Os serviços de qualidade sustentam-se em princípios como: confiabilidade, surpresa, recuperação do serviço (fazer bem uma segunda vez) e integridade. “A obtenção e a manutenção de níveis aceitáveis de satisfação do consumidor, a respeito da qualidade dos serviços, são determinantes para o crescimento dos negócios e da qualidade, ao patamar de guia principal na implementação bem sucedida de programas gerenciais” (KOTLER, 2014, p.68).

A qualidade dos serviços está fundamentada na confiabilidade de realizar bem um serviço da primeira vez, na recuperação deste serviço fazendo bem da segunda vez, e num sólido serviço de interação, administrando as expectativas dos clientes (CARDOSO, 2012).

Segundo Juran (2013, p.54), “as características da qualidade dos serviços podem ser identificadas e agrupadas em atributos psicológicos, temporais, contratuais, éticos e tecnológicos. As mais importantes para os clientes de serviços são as psicológicas, éticas e temporais”.

Para Berry e Parasuraman (2012, p.76), “os determinantes da qualidade do serviço, são: o acesso, a comunicação, a competência, a cortesia, a credibilidade, a confiança, a receptividade, a segurança, a tangibilidade e o conhecimento do cliente”.

A qualidade de um serviço avaliada por um cliente é determinada pelo desempenho (razão de ser do negócio), atendimento (ato de prestação do serviço) e custo (associado ao valor para o cliente). Para todo serviço pode-se traçar um triângulo de interações entre os fatores do produto, do usuário e de pós-vendas.

Uma vez identificados os fatores que representam maior valor para seus clientes, o passo seguinte é planejar a qualidade do projeto e a conformidade.

As empresas de serviços, para aumentar sua criatividade, podem utilizar

várias abordagens, como o nível de qualificação dos funcionários, a elevação da quantidade dos serviços sem detrimento da qualidade, a industrialização do serviço, acrescentando equipamentos e padronizando a prestação dos serviços, a obsolescência de serviços através da inovação do serviço ou do produto, o desenvolvimento de um serviço mais eficaz, o incentivo à realização de trabalhos que pertencem à empresa e o aproveitamento do poder de tecnologia (KOTLER, 2014).

Entre estas abordagens, a industrialização dos serviços leva a uma revisão dos conceitos sobre estes e sobre o tratamento dos recursos humanos utilizados na sua prestação.

Neste contexto, a industrialização dos serviços seria uma forma diferente de pensar seu conceito, incluindo aqueles ligados aos produtos, às vendas e às empresas. Para a industrialização dos serviços, é necessário considerar o cliente como quem compra os produtos pelos problemas que vão resolver. Assim, estes fazem parte de um produto, considerando-se que as empresas de serviços fabricam produtos de forma eficiente e a preço baixo.

Neste sentido, a racionalidade, que é exercida efetivamente na fabricação, pode ser aplicada na prestação de serviços, proporcionando um aumento da produtividade. Eles podem ser industrializados através da tecnologia,

colocando-se máquinas e equipamentos para uso das pessoas ou por meio da substituição de serviços pessoais por sistemas organizados e preparados antecipadamente; e por uma combinação de equipamentos com sistemas industriais planejados para manter a eficiência e a rapidez na prestação de serviços.

A industrialização dos serviços não significa a substituição de pessoas por máquinas. Sua orientação é para a obtenção de resultados através de formas novas de executar as tarefas atuais na prestação de serviços, ou de melhoria das mesmas (CARDOSO, 2012, p.29).

O conceito de que a solução para a melhoria dos serviços depende só das aptidões dos executores de tais serviços, impede que se possa realizar melhorias a nível de uso dos recursos humanos ou de formulação de novas tarefas ou processos, ou até mesmo de formas de organização.

É necessário mudar a concepção que diferencia o produto do serviço por uma abordagem total e organizacional, que faz da qualidade de serviços, como é percebida pelo cliente, uma força impulsionadora da operacionalização dos negócios. Todos devem considerar os serviços como o somatório de todos os valores entregues ao cliente, sejam eles tangíveis ou intangíveis (CARDOSO, 2012, p.30).

Para obter benefícios, um sistema de qualidade dos serviços deve também levar em conta os aspectos humanos envolvidos na prestação destes serviços, gerenciando os

processos sociais nele envolvidos. Isto pode ser feito considerando-se as interações humanas como fator importante para a qualidade, reconhecendo a importância da percepção que o cliente tem da imagem, da cultura e do desempenho da empresa, além de desenvolver as habilidades do pessoal e motivá-lo para melhorar a qualidade e atender às necessidades do cliente (MOLLER, 2013).

O desenvolvimento nas organizações e a qualidade de vida no trabalho

A implantação da qualidade de vida na organização privada ou pública precisa ser construída de forma positiva, especialmente, quando se valoriza o ambiente de trabalho e as relações humanas de seus empregados.

“A saúde e a qualidade do trabalho não podem ser negociadas como mais um mero elemento da produção. Tal abordagem visava superar a prevenção dos acidentes e doenças considerados diretamente ligados ao trabalho, priorizando a busca de outros nexos saúde-trabalho, para além da causalidade direta. Os agravos à saúde, que também ocorrem na população geral, quando relacionados ao trabalho assumem um perfil diferenciado.” (LACAZ, 2013, p. 159).

Reforçando essa linha de pensamento, tem-se Fernandes e Machado (2018, p.2) que colocam que as empresas precisam estar atentas ao “tratamento em relação às pessoas, por estarem num meio de alta competitividade e modernização, tendo em vista que dependem

extremamente delas para o alcance de seus objetivos e metas”. Nesse momento, reforça-se a importância de um adequado ambiente de trabalho e com condições dignas para desenvolver qualquer atividade laboral.

“O trabalho é forte elemento na construção da identidade humana que convive bem consigo mesmo, acredita em si e sente-se digno. As atividades que são de alguma forma impostas a um trabalhador que não consegue perceber sua finalidade ou destinação põem em risco sua sanidade mental. A natureza intrínseca das tarefas que as pessoas realizam atua como fonte exponencial de motivação no trabalho.” (ZANELLI, 2014, p.108).

Para compreender a importância da implantação de um modelo de QVT, faz-se necessário entender que as pessoas precisam trabalhar coletivamente para que alcancem “objetivos e metas da empresa, sem esquecer de seus objetivos individuais que cada vez se tornam mais precisos e necessários para uma vida saudável, necessitando assim que sejam consideradas parceiras da organização” (FERNANDES; MACHADO, 2018, p. 2).

Ao adentrar na compreensão como foram desenvolvidos nas organizações particulares em geral, foi preciso analisar os resultados dos estudos de Tolfo e Piccinini (2018, p. 4 - 6) que destacam “as melhores empresas para trabalhar no Brasil e a qualidade de vida no trabalho: disjunções entre a teoria e a prática”.

Pode-se averiguar que eles apontaram a qualidade de vida no trabalho, tendo como base os resultados divulgados pela revista Exame nos 1999, 2000 e 2001, levando em consideração os salários, benefícios, clima de trabalho estimulante, perspectivas de desenvolvimento na carreira, possibilidade de desenvolvimento e realização profissional.

Diante dos seus estudos, Tolfo e Piccinini (2013), podem registrar os seguintes itens que se tornaram significativos pelos empregados na ordem de importância das melhores empresas para trabalhar no Brasil:

Orgulho do trabalho e da empresa: relaciona-se com a relevância social da vida no trabalho, estando vinculado ao trabalho e à organização empregadora;

Clareza e a abertura na comunicação interna: vincula-se à liberdade de comunicação, levando em consideração que sugestões, críticas e conflitos sejam aproveitados pela organização para melhorar a qualidade dos seus produtos e serviços, aumentar a produtividade e atender adequadamente a clientela;

Oportunidade de carreira: relaciona-se a chance de crescimento e segurança com possibilidade de um tipo de carreira mais horizontalizada, em relação ao modelo hegemônico vigente até pouco tempo atrás;

Camaraagem no ambiente de trabalho: valoriza a atuação em times, em ambiente de trabalho agradável e descontraído, onde predomina a comunicação aberta;

Segurança e a confiança na gestão: refere-se à igualdade de oportunidades, relacionamento interpessoal e senso comunitário e sentimento de segurança no emprego,

com o total comprometimento da gestão;

Iniciativas de treinamento e desenvolvimento: denomina-se de chance de crescimento e segurança profissional;

Inovação no sistema de trabalho: refere-se à importância de alguns processos que são chaves para compreender as pessoas no trabalho, como os seguintes: motivação, isto é, motivação intrínseca, significado do trabalho, foco no alcance de metas e pagamento por desempenho; aprendizagem, advinda da outra pessoa sobre os processos de trabalho e sobre as metas coletivas; e a mudança no processamento de informações e engajamento emocional; e

Os salários e benefícios: destaca-se por aparecerem como compensação justa e adequada, e compreende a renda apropriada ao trabalho, a equidade interna e a equidade externa. (TOLFO E PICCININI, 2013, p. 4).

Nessa senda, verifica-se que esses itens em ordem de importância decrescente, possibilitou a compreensão do que os empregados esperam das organizações. Mas, o que chamou a atenção em seus estudos foram os investimentos realizados pelas empresas que foram preferidas pelos empregados.

Registram Tolfo e Piccinini (2013, p. 4 - 6), como as principais vantagens associadas a cada uma das empresas pesquisadas que podem ser classificadas como sendo "Investimento: mantém destaque em qualificação; Pessoas: destacam-se como o centro do negócio; Programa de qualidade de vida: apresenta-se como sendo de ótima qualidade; e

Ambiente de trabalho: registra-se como sendo um ambiente excelente.

Os desafios que surgem nas organizações concomitantemente no dia a dia das empresas podem ser trabalhados

CONCLUSÃO

A qualidade de vida no trabalho destaca-se como um assunto bastante discutido por alguns teóricos, como foi possível averiguar no transcorrer do trabalho, por isso não poderá ser desvinculado da qualidade dos ambientes e condições de trabalho, mas tudo dentro de um planejamento articulado entre os trabalhadores e gestores.

As Lesões por Esforço Repetitivo estão presentes na maioria das atividades profissionais desenvolvidas no mundo atual, podendo gerar uma série de prejuízos para a saúde dos funcionários e para as empresas com um todo. Cabe aos

REFERÊNCIAS

CARDOSO, O. R. *Foco da qualidade total de serviços no conceito do produto ampliado*. Florianópolis. Tese (Doutorado) - Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Confederação Nacional da Indústria (Brasil), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil), 2012.

FERNANDES, M. S.; MACHADO, M. M. A importância da qualidade de vida no trabalho no paço municipal de Gaspar.

pela QVT, visto que se trata de um instrumento adequado para dar respostas às dificuldades do ambiente empresarial tendo assim um papel estratégico.

programas de qualidade de vida do trabalhador elaborados pelas organizações minimizar as incidências.

Outro ponto a registrar é que na construção de programa de qualidade de vida no dia a dia de trabalho tem que estar em foco o indivíduo como um todo (social). Não deve ser algo padronizado para atender tão somente o interesse da organização pública. Diante do exposto, percebe-se que as boas condições de trabalho precisam estar alicerçadas na participação dos colaboradores na organização e nas tomadas de decisões no processo de produção.

Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, v. 1, n. 2, p. 1 – 20, 2007.

JURAN, J. M.; GRZYNA, F. M. *Controle da Qualidade Handbook*. 4. ed. v. 3. São Paulo: Makron, McGrawHill, 2013

KOTLER, P. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LACAZ, F. A. C. *Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. Ciência saúde coletiva*. vol.5, nº1, Rio de Janeiro, 2013

LOBOS, J. *Encantando o cliente externo e interno*. 9. Ed. revisada, São Paulo: J. Lobos, 2013.

LUDWIG, A. *Customer Relationship Management – CRM*. Disponível no site: www.fearp.usp.br/egna/resumos/ludwig.pdf. f. 2014 Acesso realizado em julho de 2019.

PARASURAMANA, A.; BERRY, L. L.; ZEITHAM, L. V. A. SERVQUAL: a multiple item scale for measuring consumer perceptions of service quality. *Journal of Retailing*, v. 64, n. 1, 1988.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. C. As Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil e a Qualidade de Vida no Trabalho: Disjunções entre a Teoria e a Prática, *Revista de Administração Contemporânea*, v. 05, n. 1, jan/abr, p. 165 – 193, 2013.

ZANELLI, J. Cs. *Interação Humana e Gestão: a construção psicossocial de trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO NA REDE SUS HOSPITALAR

Suzana Peixoto de Araújo¹

Júlia Cláudia Tenório²

Marcelo Henrique Santos³

Betijane Soares de Barros⁴

RESUMO:

O presente artigo trata-se da temática “A Importância da Humanização no Processo de Trabalho na Rede SUS Hospitalar”. Tendo em vista, ser um tema pertinente ao processo de trabalho dos profissionais da área de saúde, que lidam com aspectos que estão intrínsecos a necessidade da participação dos mesmos como corresponsáveis e sujeitos protagonista no processo de trabalho. Este trabalho tem por objetivo analisar a importância do processo de humanização na rede SUS hospitalar frente ao processo de trabalho. O material analisado foi obtido das bases de dados eletrônicas como Scielo, Google, cartilhas do ministério da saúde, além de materiais fornecidos pelos sites oficiais do governo. Mediante as análises dos autores e vivências dos profissionais, a humanização no âmbito ocupacional, especificamente na rede sus hospitalar, requer um atendimento acolhedor, humanizado, que não se resume ao atendimento profissional e paciente, mas requer um alinhamento dos gestores para na prática ser efetivado como um todo, um processo entre profissional/gestor/paciente.

Palavras-chave: Trabalho. Humanização. Saúde do trabalhador.

¹Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Absoulute Christian University Brasil. Email: suzanapeixoto123@hotmail.com.

² Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Absoulute Christian University Brasil. Email: juliatenorio2017@gmail.com.

³ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Absoulute Christian University Brasil. Email: drmarcelo_psf_odonto@yahoo.com.br.

⁴ Graduada em Biologia (Ciências) pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (2001), Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (2010), Doutorado em Ciências da Saúde pela Absoulute Christian University (2018).

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Humanização nasce ao se observar às deficiências do serviço de saúde e a necessidade de humanização, como ressalta Alves, Mioto e Gerber (2006).

[...] “a valorização da dimensão humana e subjetiva tornou-se a tônica da proposta, tendo como objetivo o aprimoramento das relações entre profissionais e usuários, dos profissionais entre si e melhoria da imagem dos hospitais na comunidade” [...].

No início dos anos 2000, surge o Programa Nacional de Humanização do Atendimento Hospitalar (PNHAH), pautado na comunicação entre os usuários, profissional e gestores.

O PNHAH usa como argumento inicial os problemas identificados no relacionamento entre os profissionais de saúde e os usuários, constatado por uma pesquisa do Ministério da Saúde. DESLANDES (2004) afirma o número significativo de denúncias, feitas principalmente pela população usuária, fortalece o imaginário social e a opinião pública sobre a desqualificação dos serviços públicos de saúde.

Em 2003, a Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS é criada pelo Ministério da Saúde, tem como balizadores as conquistas nascidas das lutas

pela democratização no país, que ganham estatuto constitucional em 1988, e, também, o processo de redemocratização e resistência no âmbito da saúde por meio da Reforma Sanitária. A humanização das práticas no campo da saúde, conforme preconiza a PNH, se expressa, sobretudo, na valorização dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de produção de saúde. O processo de humanização assim formulado refere-se não ao humano idealizado, mas à “[...] tarefa sempre inconclusa da reinvenção de nossa humanidade” (Benevides R, 2005). Nesta perspectiva, a PNH 2003, afirma:

“A humanização é a valorização dos usuários, trabalhadores e gestores no processo de produção de saúde. Valorizar os sujeitos é oportunizar uma maior autonomia, a ampliação da sua capacidade de transformar a realidade em que vivem, através da responsabilidade compartilhada, da criação de vínculos solidários, da participação coletiva nos processos de gestão e de produção de saúde”.

São encontrados muitos desafios pela PNH, de superar os obstáculos no processo de humanização com ênfase no processo de trabalho dos profissionais, que são corresponsáveis e sujeitos protagonista no processo de trabalho, produzindo mudanças nos modos de gerir e cuidar. A PNH estimula a comunicação entre gestores, trabalhadores e usuários para construir processos coletivos de enfrentamento de relações de poder. Assim,

investir em práticas de cuidado humanizado "[...] implica reinventar a relação trabalhador de saúde-usuário/rede social, (re)inventando-se com ela (Neves CAB, 2008).

A PNH lista o processo de trabalho como um dos alvos da humanização, cuidando da democratização das relações de trabalho; fortalecer o trabalho em equipe,

METODOLOGIA

O estudo teve como embasamento a abordagem metodológica, revisão de literatura, não sistemática, cujas fontes de pesquisas são derivadas da utilização de artigos científicos. O aprimoramento e atualização da revisão foi norteado pela

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após selecionado o material, foram desenvolvidas as seguintes categorias temáticas: desafios na rede sus hospitalar frente a humanização no processo de trabalho e a importância do processo de humanização.

Desafios na rede sus hospitalar frente a humanização no processo de trabalho

A Humanização no âmbito ocupacional, requer a superação e muitos desafios que são encontrados frente ao processo de trabalho. É necessário que todos envolvidos no processo de trabalho

promovendo a coletividade; reconhecendo o valor dos profissionais e o ambiente, organizando locais de trabalho saudáveis e acolhedores. Nesse contexto, analisar o processo de humanização é de extrema importância para a política de saúde, além de contribuir e promover os fundamentos para refletir e discutir sobre a saúde ocupacional.

temática “A Importância da Humanização no Processo de Trabalho na Rede SUS Hospitalar”. No processo de pesquisa foram utilizadas bases de dados eletrônicas como Scielo, Google, cartilhas do ministério da saúde, além de materiais fornecidos pelos sites oficiais do governo.

profissional/gestor, estejam alinhados potencializando fortemente as barreiras encontradas, possibilitando avanços e conquistas. A humanização na saúde propõe um “conjunto de princípios e diretrizes que se traduzem em ações nas diversas práticas e esferas do sistema de saúde, caracterizando uma construção coletiva” (HumanizaSus, 2004).

A própria Organização Mundial da Saúde (MS, 2009), tomou a questão de "cuidar do cuidador" como tema estratégico da agenda da saúde na primeira década do novo milênio. Mas o que seria cuidar e valorizar o trabalhador? De uma forma

suscinta pode-se apontar algumas direções. A questão dos processos de trabalho, remuneração do trabalhador, formas de vínculo empregatício, situações de vulnerabilidade aos quais os trabalhadores são submetidos, são um dos fatores que requerem cuidados que favoreçam a produção de saúde pelo trabalhador como recurso para a dignificação de seu trabalho e ampliação de seu valor de uso.

No entanto, tendo em vista a necessidade de se democratizar as relações de poder nas organizações em saúde, uma das formas de incentivar o profissional a trabalhar com entusiasmo, é a abertura de espaços para que os profissionais possam participar na gestão dos processos de trabalho, portanto a inclusão das pessoas, de fato, nos processos de tomada de decisão nas organizações são de extrema importância para o profissional. A PNH toma a cogestão e a gestão compartilhada como uma diretriz, apostando na democratização das relações de poder como um valor e como um requisito para a ampliação da corresponsabilização dos trabalhadores (MS, 2009).

Para Souza e Mendes (2009, p. 683), a humanização envolve o refletir e o agir sobre "modos de pertencer e de circular no plano institucional, nas relações interprofissionais e com os usuários", permitindo rever a pertinência e a atualidade de nossos saberes, atitudes, de

nossas formas de "ser-em-grupo" e de "fazer com o outro".

Já Pedroso e Vieira (2009) afirmam que a humanização do SUS indica mudanças nas práticas de atenção e gestão com uma aposta nos sujeitos concretos, enquanto novos homens em interação e que constroem em conjunto novas práticas de saúde em defesa da vida.

A PNH preconiza o fortalecimento do trabalho em equipe multiprofissional, fomentando a transversalidade e a grupalidade, o apoio à construção de redes cooperativas solidárias e comprometidas com a produção de saúde e de sujeitos e coletivos implicados na rede SUS, na construção de autonomia e protagonismo desses sujeitos e, conseqüentemente, na sua corresponsabilidade nos processos de gestão e atenção. A PNH apresenta algumas diretrizes, dispositivos e ofertas metodológicas, tais como acolhimento, clínica ampliada, equipe de referência/apoio matricial, projeto terapêutico singular, valorização dos trabalhadores da saúde, formação de redes, visita aberta e direito a acompanhante, bem como a implementação de cursos de formação, câmaras técnicas e comitês de humanização nos locais de trabalho (Brasil, 2004).

A Rede HumanizaSUS, é uma rede social que interliga pessoas interessadas ou envolvidas no processo de humanização da

gestão e no cuidado no SUS, e a mesma foi responsável pela divulgação e explicação dos princípios e diretrizes (Brasil, 2010).

Os princípios da Política Nacional de Humanização são:

- Transversalidade, a qual requer a inserção da PNH em todas as políticas do SUS, buscando comunicação entre pessoas e grupos, tirando as relações do poder de hierarquização reconhecendo que as diferentes especialidades e práticas de saúde podem conversar com a experiência daquele que é assistido

- Indissociabilidade entre atenção e gestão busca dar informações de funcionamento da gestão dos serviços e da rede de saúde para usuários e trabalhadores para que os mesmo participem do processo de tomada de decisão nas organizações de saúde e nas ações de saúde coletiva e ao mesmo tempo conhecimento sobre os cuidados e assistências em saúde para que as responsabilidades se dividam entre a equipe de saúde e o usuário, que assume assim o papel de protagonista.

- Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos, o qual é o reconhecimento de cada pessoa como indivíduo de direito e a valorização e o incentivo do mesmo na produção de saúde

Diretrizes são as instruções que norteiam as ações, com o intuito de construir memórias exitosas e consolidadas do SUS. As da PNH são:

- Acolhimento: o acolhimento deve estar presente na relação equipes/serviços e usuários/populações para construir um elo de confiança e compromisso. O processo de escuta qualificada para a identificação dos pacientes que necessitam de atendimento prioritário e mais rápido, em razão de risco ou vulnerabilidade é umas das principais ações do acolhimento.

- Gestão Participativa e Congestão: apresenta tanto a inclusão de novos indivíduos nos processos de análise e decisão quanto à ampliação das tarefas da gestão surgidas das análises dos contextos, da política em geral e da saúde.

- Ambiência: tem como objetivo originar espaços agradáveis e saudáveis que tenha privacidade e proporcionam encontros e mudanças no processo de trabalho.

- Clínica ampliada e compartilhada: se refere a uma ferramenta teórica e prática que permite um enfrentamento da fragmentação do conhecimento e das ações de saúde por meio de uma abordagem clínica do adoecimento e do sofrimento, que considere a singularidade do sujeito e a

complexidade do processo saúde/doença.

- Valorização do trabalhador: reconhecer a experiências do trabalhador e incluí-los no processo de tomada de decisão

- Defesa dos direitos do usuário: o incentivo por meio dos serviços de saúde do conhecimento dos direitos garantidos aos usuários por lei e a garantia de que eles sejam cumpridos em todas as fases do atendimento.

A importância do processo de humanização

A proposta de humanização é um valor para a conquista de uma melhor

[...] “pode ser vista como uma forma de maximizar as potencialidades humanas, tornando produtivos os recursos humanos, em fazer as pessoas trabalharem juntas, levando para uma tarefa comum suas potencialidades e conhecimentos individuais.”

Sendo assim, um processo que não se resume no atendimento técnico e mecânico do paciente, mas na compreensão e cuidado do paciente como um todo (Lunardi Filho, WD e Freire p. 1995-1996). Se faz necessário estreitar as relações interpessoais, ampliar espaços de diálogo,

qualidade de atendimento à saúde do usuário e de melhores condições de trabalho para os profissionais.

Desse modo, consideramos que a humanização do ambiente hospitalar e da assistência à saúde, perpassa os fatores motivacionais externos ou somente ao usuário. O hospital humanizado é aquele que contempla, em sua estrutura física, tecnológica, humana e administrativa, a valorização e o respeito à dignidade da pessoa humana, seja ela paciente, familiar ou o próprio profissional que nele trabalha, garantindo condições para um atendimento de qualidade. Conforme afirma (Lunardi Filho WD, 1995):

acolhimento, escuta, para melhor compreensão e participação do trabalhador.

É preciso que seja estimulado e investido no trabalhador, para que o mesmo possa participar do processo de construção de proposta de humanização (Freire P, 1996) diz que, não podemos limitar o entendimento de um atendimento humanizado como uma prática imposta, que deveria se dar de maneira vertical e fragmentada. Diferentemente, um processo de humanização do ambiente institucional pressupõe um processo participativo e dinâmico, não excludente, baseado em relações horizontais e dialógicas.

CONCLUSÃO

Mediante as análises dos autores e vivências dos profissionais, a humanização no âmbito ocupacional, especificamente na rede sus hospitalar, requer um atendimento acolhedor, humanizado, que não se resume ao atendimento profissional e paciente, mas requer um alinhamento dos gestores para na prática ser efetivado como um todo, um processo entre profissional/gestor/paciente.

Esse trabalho possibilitou uma reflexão acerca da importância da humanização, a forma como deve ser estudada, compartilhada em equipe, ampliando espaços de diálogos entre profissionais e gestor, potencializando

melhorias no cuidado. Entende-se, igualmente, a importância do constante estímulo aos profissionais já atuantes, pelas suas instituições de trabalho por meio da valorização profissional, como discussões relativas ao tema, tendo em vista o esclarecimento e sistematização dessas ações, além da promoção de debates e trocas de experiências sobre os processos que regem o cotidiano de todos envolvidos.

Sendo assim, salienta-se a necessidade de também humanizar as condições de trabalho que são postas ao profissional, para que seja estabelecido uma melhor relação para a oferta do cuidado humanizado.

REFERÊNCIAS

Benevides R, Passos E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Cienc Saude Colet*. 2005; 10(3):561-71.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Saúde. *Gestão participativa e cogestão*. Brasília: Ministério da Saúde (MS); 2009. Acesso em <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/projeto-lean-nas-emergencias/693-acoes-e-programas/40038-humanizasus>.

BRASIL. Ministério da Saúde. *HumanizaSUS: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS*. Brasília, 2004. 20p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

DESLANDES, Suely F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.7-14, jan. 2004. Disponível em: Acesso em: 04 abr. 2019.

Freire P. *Ação cultural para a liberdade*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1982.
Freire P. *Educação como prática da liberdade*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

Lunardi Filho WD. Divisão do trabalho: trabalhador especializado, trabalho (des) qualificado? *Sinergia*. 1995;7(2):10-80.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os assistentes sociais. In: MOTA, A. E., et al (Orgs). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. ABEPSS/OPAS, julho de 2006.

Neves CAB. Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas. *Cienc Saude Colet.* 2008; 13(6):1995-6.

PEDROSO, Raquel Turci; VIEIRA, Maria Edna Moura. Humanização das práticas de saúde: transversalizar em defesa da vida. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 13, supl. 1, p.695-700, 2009.

Reis LS, Silva EF, Waterkemper R, Lorenzini E, Cecchetto FH. Humanização

da percepção em saúde de uma equipe de enfermagem em unidade de terapia intensiva neonatal e pediátrica. *Rev Gaúcha Enferm.* 2013.

SOUZA, Luiz Augusto de Paula; MENDES, Vera Lúcia Ferreira. O conceito de humanização na Política Nacional de Humanização (PNH). *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 13, supl. 1, p. 681-688, 2009.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

VALOR NUTRICIONAL E POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DO RESÍDUO DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS PARA MONOGÁSTRICOS

*Rosa Cavalcante Lira*¹

*Thales José de Lima Belém*²

*Alany Cristyane Felix da Silva*³

*Aliny Cristyna Felix da Silva*⁴

*Paulo Vanderlei Ferreira*⁵

*Elton Lima Santos*⁶

*Sofia Pessoa Lira Souza*⁷

*José Edmar de Lira*⁸

RESUMO

A indústria alimentícia gera uma expressiva quantidade de resíduos, os quais preocupam os órgãos fiscalizadores quanto ao destino final desses resíduos, que, comumente, são depositados no meio ambiente e causam problemas ambientais diversos. Esta revisão tem por objetivo informar o valor nutricional e potencial de utilização do resíduo da semente de maracujá e de biscoito na alimentação de monogástricos. Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, de caráter exploratório e qualitativo. Fez-se necessária leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, anais de eventos científicos, sites oficiais, monografias, dissertações e textos legais disponíveis em bibliotecas físicas e virtuais, publicados no período de 1965 a 2017. A potencialidade de utilização racional do resíduo originado do processamento do maracujá na alimentação animal depende de conhecimentos sobre sua composição química-

¹ Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1984), mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1990) e doutorado em Programa de Doutorado Integrado em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2008).

² Possui graduação em zootecnia pela Universidade Federal de Alagoas (2018).

³ Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Alagoas (2019). Mestranda em Produção Animal pela Universidade Federal de Sergipe.

⁴ Graduanda em Zootecnia pela Universidade Federal de Alagoas.

⁵ Possui graduação em agronomia pela Universidade Federal de Alagoas (1974), mestrado em agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) pela Universidade de São Paulo, doutorado em agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) pela Universidade de São Paulo.

⁶ Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Alagoas (2005), mestrado e doutorado em Zootecnia (Nutrição Animal) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007).

⁷ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário CESMAC (2011), mestre em Dinâmica do Espaço Habilitado pela Universidade Federal de Alagoas (2015), doutoranda do Espaço Habilitado Pela Universidade Federal de Alagoas.

⁸ Possui Graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1985), Mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1992), Doutorado em Zootecnia (2004) pela Universidade Federal da Paraíba e Pós-Doutorado(2015) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professor Associado IV da Universidade Federal de Alagoas.

bromatológica, da disponibilidade de seus nutrientes e do seu comportamento no trato gastrointestinal, bem como da avaliação do desempenho produtivo e econômico dos animais com eles alimentados. Quanto ao resíduo do biscoito é necessário ter conhecimento sobre os valores de digestibilidade da energia e nutrientes, sendo imprescindível para a realização de pesquisas com diferentes níveis de inclusão, que atendam às necessidades do animal em sua fase de vida. Para viabilidade e potencial de utilização de resíduos e coprodutos como alimentos para aves é necessário estudos sobre a caracterização, aplicação de métodos de tratamento, determinação de seu valor nutritivo, avaliação do desempenho produtivo e econômico dos animais, bem como sistemas de conservação, armazenagem e comercialização.

Palavras-chave: indústria alimentícia; aves industriais; resíduo do maracujá; resíduo da semente do maracujá.

INTRODUÇÃO

As aves industriais têm sido foco de intensos estudos e pesquisas ao longo de décadas, servindo como modelo experimental para pesquisadores empenhados em garantir melhorias cada vez mais expressivas na produtividade, usando os conhecimentos de genética, nutrição, manejo, biossegurança e economia e cujas aplicações vem propiciando avanços com respostas significativas na produção.

Neste sentido tem sido continua a avaliação de alimentos, comumente utilizados na avicultura, bem como com novos ingredientes considerados não convencionais, principalmente sobre o valor nutricional e utilização desses alimentos alternativos, em cada fase de criação, contribuindo com o conhecimento mais aprimorado sobre eles que permitem formular rações menos onerosas e mais eficientes, de forma a propiciar as aves a expressarem todo o seu potencial genético com maiores lucros para a avicultura mundial.

A busca por alimentos alternativos e de baixo valor comercial, como os resíduos da indústria alimentícia, representa uma forma de minimizar os gastos com alimentação. Porém, alguns fatores devem ser considerados na escolha de um material a ser utilizado na alimentação, tais como: a quantidade disponível; a proximidade entre

a fonte produtora e o local de consumo; as suas características nutricionais; os custos de transporte e armazenagem (CÂNDIDO et al. 2008).

A Indústria alimentícia tem gerado uma expressiva quantidade de resíduos que tem gerado grande preocupação de órgãos fiscalizadores quanto ao destino final desses resíduos, que comumente são depositados no meio ambiente, gerando problemas ambientais diversos. Com a indústria do biscoito não é diferente, gera uma grande quantidade de resíduos devido a inadequação no processo de produção e distribuição ao consumidor final, geralmente provenientes das perdas por quebras, excesso ou falta de cozimento durante o processamento, que podem ser considerados alternativas sustentáveis, quando utilizados na alimentação animal, incluindo, também, produtos não comercializados ou que ultrapassaram o prazo de validade (MORRETTO et al., 1999; OLIVEIRA, 2011; CORASSA, 2014).

A composição bromatológica do resíduo de panificação encontrada na literatura é muito ampla, devido à sua origem, seu armazenamento, seu processamento e à diversidade de ingredientes que entram em sua fabricação, e vem sendo testado, como substituto do milho na dieta, principalmente de

ruminantes (AL-TULAIHAN et al., 2004; FRANÇA, 2010).

O Comércio de suco de frutas no Brasil tem atingido um expressivo crescimento, devido à grande variedade de frutas de sabores exóticos, que produz uma forte demanda no mercado, e a simplicidade dos processos de produção (FOLHAONLINE, 2005). Porém, o processamento das frutas também gera uma

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, de caráter exploratório e qualitativo. Fez-se necessária leitura, análise e interpretação de livros,

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos documentos surgiram duas categorias temáticas: dieta de monogástricos com farelo da semente e casca de maracujá; valor nutricional e potencial de utilização do resíduo de biscoito na alimentação de monogástricos

Dieta de monogástricos com farelo da semente e casca de maracujá

O maracujá é uma fruta cultivada em quase todos os estados brasileiros, tendo o Brasil produzido, em 2016, 703.489 toneladas, sendo que a região Nordeste deteve 65% da produção nacional com 489.898 toneladas, na qual se destaca o

grande quantidade de subprodutos, oriundos do tratamento industrial, que representam um grande potencial para alimentação animal. No ano de 2015 o Brasil produziu 1.453.610 toneladas de subprodutos de frutas (bagaço, caroço e pele) utilizados para a alimentação animal, das quais foram vendidas 1.205.803 toneladas, gerando 443.275 mil reais (IBGE, 2016).

periódicos, anais de eventos científicos, sites oficiais, monografias, dissertações e textos legais disponíveis em bibliotecas físicas e virtuais, publicados no período de 1965 a 2017.

estado da Bahia que é o maior produtor, com 342.780 toneladas, enquanto que o estado de Alagoas produziu 18.023 toneladas (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, 2017), sendo a produção destinada, principalmente, para o processamento e produção de suco.

No processamento do maracujá, os principais subprodutos originados são as cascas e as sementes que correspondem ao percentual de 65 a 70% do peso do fruto (OLIVEIRA et al., 2002), gerando uma quantidade elevada desses resíduos que não são industrializadas e nem utilizados na alimentação humana (FACHINELLO, 2014). Em 2016 a produção no Brasil foi de

492.928 toneladas de resíduos, sendo que 342.928 toneladas foram originadas da região Nordeste, das quais 12.616 toneladas foram produzidas no estado de Alagoas. Desta forma há consideráveis perdas de produtos durante o processamento do maracujá, e como este volume representa inúmeras toneladas, agregar valor a este resíduo é de interesse econômico, científico, tecnológico e ambiental (FERRARI et al., 2004).

Para Vieira et al. (2008) para que uma fonte alternativa de alimento seja de interesse do produtor, deverá existir em quantidades suficientes, constantes e a preços que compensem sua introdução nas formulações das dietas. Portanto, para a Introdução de uma nova fonte alimentar em um sistema de produção, deve-se levar em consideração tanto a sua qualidade nutricional, quanto a viabilidade econômica de sua utilização.

Assim sendo, a potencialidade de utilização racional do resíduo originado do processamento do maracujá na alimentação animal depende de conhecimentos sobre sua composição química-bromatológica, da disponibilidade de seus nutrientes e do seu comportamento no trato gastrointestinal, bem como da avaliação do desempenho produtivo e econômico dos animais com eles alimentados. Portanto, há a necessidade de se verificar o nível adequado e a viabilidade da utilização desses resíduos e

quantificar as repostas produtivas e econômicas (PERONDONI, 2013). Segundo Mertens; Ely (1982) o desempenho animal depende da ingestão de nutrientes digestíveis e metabolizáveis, sendo que de 60% a 90% das diferenças de desempenho são causadas pelo aumento de ingestão e 10% a 40% das diferenças se referem à digestibilidade.

A composição química do resíduo do maracujá sofre variação segundo os métodos e eficiência do processamento, as variedades do maracujá utilizadas e as proporções de cascas e sementes contidas no material (PEREIRA et al., 2009).

As cascas de maracujá correspondem de 53% a 67% do fruto e foram objetos de várias pesquisas nos últimos anos (ABREU et al., 2009, COELHO et al., 2011), nas quais se observaram uma variação na sua composição bromatológica, mas apresentando um bom valor nutricional com valores de 11% a 13 % de Matéria Seca (MS); 0,08% a 6,86% de Extrato Etéreo (EE); 0,92% a 7,8% de Matéria Mineral (MM); 0,3% de Cálcio e 0,3% de Fósforo (P); e ainda de 4,61% a 12,45% de Proteína Bruta (PB); 32,24 a 35,03% de Fibra Bruta (FB); Fibra em Detergente Neutro (FDN) de 41,1%; Fibra em Detergente Ácido de 34% (FDA) e para a Energia Bruta (EB) apresentam valores de 299 kcal/kg a 3655,57 kcal/kg (TOGASHI et al., 2008;

OLIVEIRA et al., 2002; GONDIM et al., 2005; PEREIRA et al., 2009, FACHINELLO, 2014).

O uso das cascas tem sido feito na forma de silagem para serem utilizadas para animais ruminantes e as sementes podem sofrer um processo de secagem e moagem, e serem utilizadas como farelo na composição de rações, tanto para ruminantes quanto para não ruminantes, apesar do seu alto teor de fibras que podem limitar seu uso na alimentação animal, principalmente de monogástricos (LAVEZZO, 1995).

Já as sementes do maracujá representam cerca de 2% a 26% do peso total do fruto (NASCIMENTO, 2003, FERRARI et al., 2004, COELHO et al, 2011) e apresentam, assim como as cascas, uma variação de composição química de: 89,35% a 93,4% de Matéria Seca; 8,25% a 15,62 % de Proteína Bruta; 52,01% a 59,22% de Fibra em Detergente Neutro; 43,71% a 49,5% de Fibra em Detergente Ácido; de 26,40% a 64,80% de Fibra Bruta; Celulose de 37,05%; Hemicelulose de 2,77% a 6,51%; Lignina de 5,77%; Pectina de 18,34%; Carboidratos Totais de 58,53% a 65,76%; Carboidratos não Fibrosos 8,31% a 1375%; Polifenóis mgEq/g de 4,01; Ácidos Graxos Saturados de 15,40% - Palmítico (C16) de 11,29% e esteárico (C18) de 3,54%; e Ácidos Graxos Insaturados de 84,60% - Oléico (C18:1) de

19,53%, Linoléico (C18:2) de 63,98%, Linolênico (C18:3) de 0,40%; 10,4% de Nitrogênio Insolúvel em Detergente Ácido; 40,3% de Lignina; 18,84% a 28,9% de Extrato Etéreo; de 1,34% a 3,52% de Matéria Mineral e valores de Energia Bruta de 5.350 kcal/kg a 5.987 kcal/kg, Cálcio de 0,06% a 0,08%; Fosforo Total de 0,31% a 0,43%; Fósforo Disponível de 0,14% (FERRARI et al., 2004; PEREIRA et al., 2009; PERONDI, 2013; FACHINELLO, 2014; ZANETTI, 2015).

Com relação aos teores de aminoácidos da semente de maracujá, Perondi (2013) encontraram os seguintes valores para os aminoácidos essenciais: 1,39% para a Arginina; 0,81% para a Fenilalanina; 0,21% para a Histidina; 0,32% para a Isoleucina; 0,28% para a Lisina; 0,11% para a Metionina; 0,38% para a Metionina + Cistina; 0,30% para a Treonina; 0,12% para o Triptofano e 0,49% para a Valina. Já para os aminoácidos não essenciais o autor encontrou valores de: 2,29% para o ácido Glutâmico; 0,49% para a Alanina; 0,51% para a Glicina; 0,61% para a Leucina; 0,39% para a Prolina; 0,52% para a Serina e 0,25% para a Tirosina.

Mesmo com essas qualidades, poucos estudos foram realizados para avaliar a inclusão do resíduo do processamento do maracujá na alimentação

animal, principalmente na dieta de monogástricos.

Perondi (2013) e Fachinello (2014) realizaram experimentos visando avaliar o valor nutricional do farelo da semente de maracujá na fase inicial de suínos, alimentados com dietas com diferentes níveis de inclusão do farelo e observaram valores de Energia Digestível de 3.244 kcal/kg a 3.974 kcal/kg e coeficiente de digestibilidade da energia bruta de 60,64% a 71,36%; de Energia Metabolizável de 3.223 kcal/kg a 3.583 kcal/kg e coeficiente de metabolizabilidade da energia bruta de 60,23% a 64,34%; relação EM:ED obtida de 0,90; a Matéria Seca Digestível foi de 52,92% a 62,39% e os coeficientes de digestibilidade da Matéria Seca foram de 59,23% a 67,65%; a Proteína Digestível foi de 8% a 9% com coeficiente de digestibilidade da proteína bruta de 70,54% a 73,80%; o Extrato Etéreo Digestível foi de 16,19% a 17,32% e os coeficientes de digestibilidade encontrado para o extrato etéreo foi de 83,23% a 92,93%; a Fibra em Detergente Neutro Digestível apresentou valores de 25,04% a 32,72% com coeficiente de digestibilidade de 49,86% a 62,21%; enquanto os valores da Fibra em Detergente Ácido Digestível foi de 19,60% a 27,85% e o seu coeficiente de digestibilidade foi de 44,84% a 56,57%.

Zanetti (2015) realizou ensaio de metabolizabilidade em frangos de corte

com resíduo da semente de maracujá e encontrou valores de 3.954 kcal de Energia Metabolizável Aparente (EMA)/kg e 3.945 kcal de Energia Metabolizável Aparente corrigida para Nitrogênio (EMAn)/kg; Coeficiente de metabolizabilidade da Matéria Seca de 66,92%, da proteína Bruta de 63,38%, da Fibra em Detergente Neutro de 50,41%, da Fibra em Detergente Ácido de 30,53% e coeficiente de metabolizabilidade da EMAn de 69,34%.

Ariki et al. (1977) realizaram estudos visando avaliar o efeito da utilização do resíduo da semente e de casca de maracujá na alimentação de frangos de corte sobre o desempenho animal e não observaram piora no desempenho, quando foi incluindo até 8% dos resíduos na dieta dos animais.

Resultados semelhantes foram observados por Togashi et al. (2008) que realizaram experimentos com frangos de corte objetivando avaliar o desempenho, características de carcaça dos animais, quando alimentados com rações compostas com níveis de 4% e 8% de inclusão de semente e de casca de maracujá separadas e verificaram que a inclusão de até 8% de sementes e de cascas de maracujá na dieta de frangos de corte não prejudicou o desempenho e nem o rendimento de carcaça de frangos aos 42 dias.

Perondi (2013), também, avaliou diferentes níveis de inclusão do farelo da

semente de maracujá na dieta de suínos, na fase de crescimento e terminação, e não encontrou efeitos dos níveis sobre o desempenho dos animais, nem sobre a espessura de toucinho e profundidade de lombo, constatando que o farelo da semente de maracujá pode ser adicionado em até 16% em rações para suínos nestas fases, com possibilidade de redução de custos com alimentação.

Resultados semelhante foram obtidos por Fachinello (2014) que não verificou, também, efeito da inclusão do farelo da semente de maracujá na dieta de suínos sobre as variáveis de ganho de peso diário, consumo de ração, conversão alimentar, espessura de toucinho, profundidade de lombo. No entanto o farelo não se mostrou economicamente atrativo para os níveis de inclusão avaliados de 4%, 8%, 12% e 16%, de acordo com os preços vigentes no período experimental. Concluindo que o farelo da semente de maracujá pode ser adicionado em até 16% em rações para suínos na fase inicial, sem influenciar o desempenho, as características quantitativas de carcaça e, economicamente dependerá do seu preço, assim como o dos demais ingredientes da ração.

Zanetti (2015) realizou experimento objetivando avaliar os efeitos da inclusão de níveis de 2,5%, 5,0%, 7,5%, 10,0% e 12,5% do resíduo da semente de maracujá na alimentação de poedeiras comerciais sobre

o desempenho produtivo, qualidade de ovos e viabilidade econômica e concluiu que o resíduo de maracujá pode ser incluído na ração de poedeiras comerciais em até 7,5% sem comprometer o desempenho e até 12,5% para a qualidade dos ovos. Já os níveis acima de 10% de inclusão do RSM mostraram-se economicamente viáveis.

Zanetti (2015), também, realizou experimentos com resíduo da semente de maracujá, em diferentes níveis (2,5%; 5,0%; 7,5%; 10,0% e 12,5%) na dieta de frangos de corte, e não observou efeitos dos níveis de inclusão do resíduo sobre as variáveis de ganho de peso e consumo de ração na fase de 1 a 21 dias e de 1 a 42 dias de idade, porém observou uma piora linear da conversão alimentar nos dois períodos avaliados. Concluindo que o resíduo de semente de maracujá no período de 1 a 21 e 1 a 42 dias de idade, pode ser utilizado em até 12,5% de inclusão nas rações de frangos de corte, sem prejuízo no rendimento de carcaça, e de até 7,5% sem prejuízos no desempenho e que níveis acima de 5,0% de inclusão do resíduo da semente de maracujá mostraram-se economicamente viáveis.

Já Costa et al (2015) em experimentos com a utilização de resíduos de frutas na dieta de frangos de crescimento lento observaram que o consumo de ração, o ganho de peso e a conversão alimentar das aves alimentadas com resíduos não diferiu significativamente daquelas que receberam

a ração controle. A substituição de 10% do milho por resíduos de abacaxi, caju ou maracujá nas rações não afeta o desempenho de frangos de corte de crescimento lento criados até 70 dias de idade.

Valor nutricional e potencial de utilização do resíduo de biscoito na alimentação de monogástricos

A indústria brasileira de biscoito e bolachas tem se destacado no cenário mundial ao longo dos anos, tendo atingindo a produção de 1.856.602 toneladas em 2015, com valor de produção de 9.363.650 milhões de reais, tendo sido vendida 1.431.335 toneladas que geraram 7.318.560 milhões de reais (IBGE, 2016). Segundo ABIMAPI; NIELSEN (2017) o Brasil vendeu, no ano de 2016, 1.684,717 mil toneladas de biscoitos, o que gerou uma renda de 21,853 bilhões de reais, ocupando o quarto lugar em vendas no mercado mundial. Desse total de vendas brasileiras de biscoito, 128,586 mil toneladas foram do tipo wafer que gerou uma renda de 2,056 bilhões de reais.

Segundo Boggess et al. (2008), os resíduos da indústria de biscoitos apresentam valores de composição química variável, dependendo da fórmula e dos ingredientes utilizados, normalmente, possuem altos valores energéticos, por apresentarem elevados níveis de açúcares e

gorduras, e conteúdo de proteína e lisina similares aos do milho, contudo, com valor de sódio mais alto.

Nesse sentido, ter conhecimento sobre os valores de digestibilidade da energia e nutrientes do resíduo do biscoito, torna-se imprescindível para a realização de pesquisas com diferentes níveis de inclusão, que atendam às necessidades do animal em sua fase de vida (BOSCOLO et al., 2004).

Corassa et al. (2014) em um trabalho de compilação de resultados de composição nutricional do farelo de biscoito de trabalhos publicados, nos anos de 2000 a 2011, encontraram valores de Matéria Seca de 85,0% a 97,37%; valores de Proteína Bruta de 7,83% a 11,06%; valores de Extrato Etéreo de 5,25% a 19,5%; valores de Fibra Bruta de 0,5% a 8,22%; valores de Extrato Não Nitrogenado de 67,94% a 71,38%, valores de Matéria Mineral de 0,23% a 6,2%, valores de Cálcio de 0,01% a 0,36%; Valores de Fósforo Total de 0,1% a 0,5%; Valores de Sódio de 0,19% a 0,64% e valores de Energia Bruta que variaram de 3.200 kcal/kg a 4.485kcal/kg. Já Nunes et al. (2001) encontraram valores para Magnésio de 0,04%; para o Potássio de 0,16%; para o Sódio de 0,19%; para o Ferro de 138,14 ppm; para o Cobre de 2,73ppm; para o Manganês de 12,22 ppm e para o Zinco 36,32 ppm.

Com relação aos teores de aminoácidos do resíduo de biscoito

encontramos na literatura uma composição, também, variável: teores de lisina de 0,17% a 0,4%; de lisina digestível de 0,17%; teores de Metionina de 0,13%; teores de Metionina mais Cistina de 0,26% a 0,37%; teores de Metionina mais cistina Digestível de 0,26%; teores de Treonina de 0,21% a 0,32%; teores de Treonina Digestível de 0,22%; teores de Triptofano de 0,07% a 0,11%; teores de Triptofano Digestível de 0,08% de metionina (ROSTAGNO et al., 2011; CORASSA et al., 2014).

Rocha e Paternez (2014) em estudos sobre avaliação do teor de ácidos graxos trans em biscoitos wafer encontraram teores de gordura trans de 1,3 a 3,6 g por porção. Enquanto Aued-Pimentel et al. (2001) encontraram valores de ácidos graxos saturados mais trans de 7,85 a 18,33 g/100g nos diferentes tipos de biscoito wafer.

Volpato et al. (2014) realizaram experimentos para avaliar o valor nutricional do resíduo de biscoito salgado e doce para leitões e observaram valores de, respectivamente: 95,6% e 97,0% para o Coeficiente de Digestibilidade Aparente da Matéria Seca; 97,5% e 97,8% para o Coeficiente de Digestibilidade Aparente da Matéria Orgânica; 90,7% e 93,4% para o Coeficiente de Digestibilidade Aparente da Proteína Bruta; 94,0% e 86,9% Coeficiente de Digestibilidade Aparente da Energia Bruta e valores de 3.910 kcal/kg de Energia Digestível para o resíduo de biscoito doce e

de 4.950 kcal/kg de Energia Digestível para o resíduo de biscoito salgado

Tardocchi et al. (2014), também, realizaram experimento objetivando avaliar a digestibilidade do resíduo do biscoito, sob a forma de farelo, para leitões na fase inicial e observaram valores de 3.849 kcal/kg de Energia Digestível na Matéria Seca; 3.558 kcal/kg de Energia Digestível na Matéria Natural; 3.828 kcal/kg de Energia Metabolizável Aparente na Matéria Seca; 3.537 kcal/kg de Energia Metabolizável Aparente na Matéria Natural; 95,17% de Coeficiente de Digestibilidade da Energia Bruta.

Os valores de Energia Digestível do farelo de biscoito encontrados na literatura por Corassa et al. (2014) variaram de 3.220 kcal/kg a 3.720 kcal/kg, enquanto os valores de Energia metabolizável variaram de 3.185 kcal/kg a 4.230 kcal/kg.

Costa (2014) avaliando o valor nutricional do resíduo do biscoito doce e do biscoito de coco para tilapia-do-nilo encontraram valores, respectivos, de 32,22% e de 84,75% para o Coeficiente de Digestibilidade Aparente da Matéria Seca; 51,34% e 88,38% para Coeficiente de Digestibilidade Aparente da Proteína Bruta e de 45,94% a 86,44% Coeficiente de Digestibilidade Aparente da Energia Bruta.

Com relação ao valor nutricional do resíduo de biscoito para frangos de corte Nunes et al. (2001) encontraram teores de

energia metabolizável aparente (EMA) e energia metabolizável aparente corrigida pelo balanço de nitrogênio (EMAn) para o resíduo de biscoito de 4.480 e 4.339 kcal/kg, respectivamente.

Lima et al. (2012) conduziu ensaio de metabolismo com frangos caipiras e obtiveram níveis de EMA para o resíduo de biscoito polvilho salgado de 3.817 Kcal/kg e para o resíduo biscoito polvilho salgado + doce de 3.578 kcal/kg.

Em experimentos de metabolizabilidade de nutrientes e energia dos resíduos de panificação em frangos de corte, Costa et al. (2015) obtiveram valores de energia metabolizável aparente (EMA) e energia metabolizável corrigida para nitrogênio, respectivamente, de $3959 \pm 0,458$ kcal/kg e $3480 \pm 0,399$ kcal/kg para os resíduos de biscoito e bolacha, cujos valores de energia metabolizável para aves destes resíduos foram considerados superiores aos do milho.

Neste contexto observamos que os resultados de valor nutricional do resíduo de biscoito encontrados na literatura confirmaram uma elevada contribuição energética, similar a dos grãos energéticos, por isso esses resíduos têm sido analisados para substituir parcialmente o milho em rações de animais não ruminantes (CORASSA et al., 2014).

Damron et al. (1965) avaliaram diferentes níveis de inclusão de resíduo de

padaria (0%, 2,5%, 7,5%, e 10%) na alimentação de frangos de corte e não observaram diferenças significativas das dietas sobre o desempenho dos animais.

Em trabalho de pesquisa objetivando avaliar o efeito da substituição do milho pelo resíduo de panificação (biscoito) na dieta de frangos de corte, no período de 1 a 21 dias e de 21 a 42 dias de idade, Oliveira et al. (1995) observaram que o consumo de ração no primeiro período não foi afetado pelos níveis utilizados, mas que, no segundo período o consumo diminuiu com o aumento dos níveis de substituição.

No mesmo sentido, Boros et al. (2004) realizou ensaio de desempenho com a utilização de subprodutos de padaria, em dietas de frangos de corte, e observaram que o desempenho das aves não foi afetado pela inclusão de 10% desses resíduos na sua dieta.

No entanto, Al-Tulaihan et al. (2004) conduziram experimentos objetivando avaliar cinco níveis de inclusão (0,5%, 5%, 10%, 20% e 30%) de resíduo de padaria em dietas de frangos de corte e observaram que a inclusão de até 30% do resíduo nas dietas não afetou negativamente o desempenho das aves.

Em experimento visando avaliar o efeito da adição de resíduo de padaria na dieta de frangos de corte Catalá-Gregori (2009) concluíram que até 7% de inclusão do resíduo podem ser utilizados na dieta de

frangos de corte sem prejudicar o desempenho dos animais.

Pereira (2010) realizou experimentos para analisar o efeito da substituição parcial do milho por resíduo de biscoito na ração de matrizes de marrecos-de-pequim, sobre parâmetros de produção de ovos, conversão alimentar, peso das matrizes, ovos incubáveis, infertilidade dos ovos e morte prematura dos embriões, taxa de descarte dos ovos durante a incubação, taxa de eclosão e qualidade dos marrequinhos. A ração com a inclusão de 30% do resíduo de biscoito se mostrou superior a ração referência para a produção de ovos e conversão alimentar, não havendo diferenças para os outros parâmetros, concluindo que a ração com resíduo do biscoito pode diminuir o custo da ração e aumentar a renda bruta na produção de marrecos.

Já Al-Ruqaie et al. (2011) realizou estudos para avaliar o efeito da inclusão de níveis de 20%, 40%, 60%, 80% ou 100% do resíduo de panificação, em substituição ao milho, na dieta de frangos de corte não observaram diferenças significativas quanto ao ganho de peso, conversão alimentar, rendimento de carcaça, cortes e vísceras comestíveis e gordura abdominal, indicando a substituição total do milho pelo resíduo na dieta de frangos de corte até 35 dias de idade, com benefícios econômicos e sem prejuízo do desempenho animal.

Em suínos na fase de terminação Chamone (2011) realizou experimentos objetivando avaliar os efeitos de dietas contendo 0%, 5%, 10% 15% e 20% resíduo de bolacha sobre o desempenho, rendimento de carcaça e qualidade da carne concluiu que até o nível de 20% de inclusão não afeta o desempenho de suínos em terminação. Porém, afirmou que, para melhores resultados de qualidade de carcaça, a ração com 15 % de resíduo de bolacha proporcionou os melhores resultados de rendimento.

Shahryar et al. (2012) também não encontraram diferenças para ganho de peso e conversão alimentar e características de carcaças de frangos alimentados com dietas contendo 0, 8, 16 e 24% de uma mistura de resíduo de biscoito e bolachas.

No entanto, Adeyemo et al. (2013) realizou ensaio de desempenho com frangos de corte nas fases iniciais e finais de criação para avaliar o efeito de níveis de 0%, 25%, 50% 75% e 100% de substituição do milho pelo resíduo de biscoito sobre o desempenho e observaram que o resíduo de biscoito pode ser usado como alimento para frangos de corte em níveis maiores de até 50% em substituição ao milho nas fases iniciais e finais de criação sem comprometer o desempenho e as características de carcaça dos frangos de corte.

Já para leitões, Corassa et al. (2013) avaliaram o desempenho e viabilidade econômica de rações contendo 15 e 30% de resíduo de biscoito em suas dietas e constataram, em sua pesquisa, que não houve efeito dos tratamentos sobre o peso corporal dos leitões, consumo de ração e ganho de peso aos quatorze e vinte e um dias de avaliação. No entanto os leitões alimentados com dietas contendo 15% de farelo de biscoito apresentaram maior peso corporal e ganho de peso aos sete dias de avaliação e melhor conversão alimentar que a dieta controle no período total. Concluindo que dietas contendo 15 e 30% de inclusão de farelo de biscoito evidenciaram melhor viabilidade econômica, quando comparada com a dieta controle e que o farelo de biscoito pode ser utilizado em até 30% em dietas para leitões na fase inicial, sem prejuízos ao desempenho e à viabilidade econômica.

Em codornas de corte, Santos (2014) avaliou níveis de inclusão do resíduo do biscoito *cream cracker* em suas dietas sobre o desempenho produtivo e a viabilidade econômica e não observou efeito significativo dos diferentes níveis de inclusão sobre o consumo de ração, ganho de peso e conversão alimentar e nem sobre o rendimento de carcaça, cortes nobre, vísceras comestíveis e gordura abdominal no período de um a 42 dias de idade, concluindo que o resíduo pode ser incluído

em até o nível de 20%, sendo o seu uso economicamente viável na dieta para codornas destinadas a produção de carne.

Já Costa et al (2014) realizou experimentos sobre desempenho de alevinos recebendo níveis crescentes (0, 20, 40, 60 e 80%) do resíduo biscoito de coco em substituição ao milho da dieta, no qual foi avaliado a composição, os valores de peso final, consumo de dieta, ganho de peso, conversão alimentar aparente, taxa de crescimento específico, taxa de eficiência proteica e sobrevivência. As variáveis ganho de peso e taxa de retenção de proteína foram afetadas pelo tratamento com maior concentração do resíduo, assim como os valores da composição química da carcaça para extrato etéreo e matéria seca. O autor concluiu que o resíduo de biscoito de coco em substituição ao milho pode ser utilizado em até 60% em dietas para tilápia-do-nilo sem prejudicar o desempenho zootécnico e a composição química da carcaça.

Objetivando avaliar a inclusão de resíduo de biscoito em dietas de suínas em lactação, Corassa et al. (2014) realizou experimento com dietas contendo diferentes níveis de inclusão do resíduo (0%, 10%, 20% e 30%) composto por 50% do tipo *cream cracker* e água e sal e 50% do tipo amanteigado, achocolatado. Os autores observaram que a massa, perda de massa e variação de massa das porcas, ao final da lactação, não diferiram, estatisticamente,

entre os diferentes níveis de inclusão do farelo de biscoito, tendo concluído que os tratamentos não alteraram o consumo de ração, produção de leite, espessura de toucinho das porcas e desempenho da leitegada. Porém, também foi realizada a análise econômica que evidenciou melhores valores para as dietas contendo 20% e 30% de farelo de biscoito e indicaram a inclusão de farelo de biscoito em até 30%, nas dietas para porcas em lactação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para viabilidade e potencial de utilização de resíduos e coprodutos como alimentos para aves é necessário estudos sobre a caracterização, aplicação de métodos de tratamento, determinação de

REFERÊNCIAS

ABREU, S. de P. M. et al. Características físico-químicas de cinco Genótipos de maracujazeiro-azedo cultivados no distrito federal. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal - SP, v. 31, n. 2, p. 487-491, 2009.

ADEYEMO, G. O; ONI, O. R.; LONGE, O.G. Effect of Dietary Biscuit Waste on Performance and Carcass Characteristics of Broilers. *Food Science and Quality Management*. v.12, 2013.

AI-RUQAIE, I. M. et al. Performance, nutriente utilization and carcass characteristics and economic impact of broiler chicken fed extruded bakery waste.

Shittu et al (2016) conduziu estudos objetivando avaliar da adição de 5%, 10% e 15% de níveis de resíduo do biscoito na dieta de frangos de corte sobre o desempenho, utilização de nutrientes e características de carcaça e observaram que o resíduo do biscoito pode substituir até 15% do milho em dietas de frangos de corte nas fases iniciais e finais de criação sem efeito negativo sobre o desempenho, digestibilidade dos nutrientes e sobre as características de carcaça dos animais.

seu valor nutritivo, avaliação do desempenho produtivo e econômico dos animais, bem como sistemas de conservação, armazenagem e comercialização.

Journal of animal and veterinary advances. v.16, n.10, p.2061–2066, 2011.

AL-TULAIHAN et al. The Nutritional Evaluation of Locally Produced Dried Bakery Waste (DBW) in the Broiler Diets. *Pakistan Journal of Nutrition*, v.5, n.3, p.294-299, 2004.

ARIKI, J.; et al. Aproveitamento de cascas desidratadas e sementes de maracujá amarelo (*Passiflora edulis* J. Flavicarpa Deg.) na alimentação de frangos de corte. *Científica*, v.3, n.3, p.340-343, 1977.

BOGGESE, M., et al. *Alternative feed ingredients in Swine Diets*. 2008. Disponível em: <[http://www.pork.org/filelibrary/AnimalScience/ Alternative% 20Feed% 20](http://www.pork.org/filelibrary/AnimalScience/Alternative%20Feed%20)>

Brochure.pdf <Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

BOROS, D. et al. Wheat by-products in poultry nutrition. Part II. Nutritive value of wheat screenings, bakery by-products and wheat mill run and their improved utilization by enzyme supplementation. *Canadian Journal of Animal Science*, v.3, n. 84, p.429-435, 2004.

BOSCOLO, W. R. et al. Digestibilidade aparente da energia e proteína das farinhas de resíduo da filetagem da Tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*) e da Corvina (*Plagioscion squamosissimus*) e farinha integral do Camarão Canela (*Macrobrachium amazonicum*) para a Tilápia do Nilo. *Revista Brasileira de Zootecnia*, Viçosa, v.33, n.1, p.8-13, 2004.

CÂNDIDO, M. J. D. et al. UTILIZAÇÃO DE COPRODUTOS DA MAMONA NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL. In: III Congresso Brasileiro de mamona, energia e ricinoquímica, 2008, Salvador, Anais... Salvador, BA, 2008. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/939880/1/AACUtilizacaodesubprodutos>. Acessado em 02 de junho de 2017.

CATALÁ-GREGORI, P. et al. Inclusion of Dried Bakery Product in High Fat Broiler Diets: Effect on Pellet Quality, Performance, Nutrient Digestibility and Organ Weights. *Asian-Aust. J. Anim. Sci.* v. 22, n 5, p.686 – 693, 2009.

CHAMONE, J. M. A. *Resíduo de bolacha em rações para suínos na fase de terminação*. 2011. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade Estadual de Montes Claros-Janaúba. 2011. 53 p

COELHO, A. A.; CENCI, S. A.; ESENDE, E. D. de. Rendimento em suco e resíduos do maracujá em função do tamanho dos frutos em diferentes pontos de colheita

para o armazenamento. *Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais*, Campina Grande, v.13, n.1, p.55-63, 2011.

CORASSA, A. et al. Farelo de biscoito em rações para leitões na fase inicial. *Comunicata Scientiae*. v.4, n.3, p.231-237, 2013.

CORASSA, A. et al. Farelo de biscoito na alimentação de porcas em lactação. *Pesquisa Agropecuária Tropical*. v.44, n.1, p.42-49, 2014.

COSTA, D. S. *Resíduo da indústria alimentícia como substituto ao milho na dieta de tilápia-do-nilo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2014. 47p.

COSTA, M. N. F. da. et al. Desempenho de frangos de corte de crescimento lento alimentados com resíduos de frutas tropicais. In: Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia CONTECC', 2015, Fortaleza, Anais.Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: <<http://72soea.soea.org.br/anais/>> Acessado em 02 de junho de 2017.

DAMRON, B.L., WALDROUP, P.W.; HARMS, R.H., Evaluation of dried bakery products for use in broiler diets. *Poult. Sci.*, n. 63 p.1122-1126.1965.

FACHINELLO, M. C.; POZZA, P. C.; MOREIRA, I. *Farelo da semente de maracujá na alimentação de suínos na fase inicial*. Maringá, 2014. 64 p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

FERRARI, R. A., COLUSSI, F., AYUB, R. A. Caracterização de Subprodutos da Industrialização do Maracujá: Aproveitamento das Sementes. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal - SP, v.26, n.1, p.101-102, 2004.

- FOLHAONLINE. *Coca-Cola confirma compra da Sucos Mais e acirra disputa com Del Valle*. 2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor>>. Acesso em: 1 agosto, 2015.
- FRANÇA, A.B. *Resíduo de panificação na dieta de ovinos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Instituto de Zootecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. 49 p.
- GONDIM, J.A.M.; et al. Composição centesimal e de minerais em cascas de frutas. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v.25, n.4, p.825-82, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal, 2016*. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2015/default.shtm>>. Acesso em: 27 de junho de 2017.
- LAVEZZO, O. E. N. M. Abacaxi, banana, caju, uva, maçã. In: SIMPÓSIO SOBRE NUTRIÇÃO DE BOVINOS, 1995, Piracicaba. Anais. Piracicaba: FEALQ. 1995.p. 7-46.
- MERTENS, D. R.; ELY, L. O. Relationship of rate and extent of digestion to forage utilization: a dynamic model evaluation. *Journal of Animal Science*, Champaign, v.54, n.3/4, p. 895-905, 1982.
- MORETTO, E.; FETT, R. *Processamento e análise de biscoito*. São Paulo: Varela, 1999. 97p.
- OLIVEIRA, E. L. et al. Digestibilidade e valor nutricional de alimentos energéticos para Tilápia (*Oreochromis niloticus*). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOTECNIA, 2006, Recife. Anais... Recife: ABZ, 2006. Disponível em: <http://www.abz.org.br>. Acesso em: outubro, 2011
- OLIVEIRA, L.F.; et al. Aproveitamento alternativo da casca do maracujá amarelo (*Passiflora edulis f. flavicarpa* Deg.) para produção de doce em calda. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v.22, n.3, p.259-262, 2002.
- PEREIRA, G. C. *Substituição parcial do milho da ração pelo resíduo da indústria de bolachas na produção de matrizes de marreco-de-pequim (Anas boschas)*. Monografia. (Graduação em Agronomia). Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. 80 p.
- PEREIRA, L. G. R. et al. *Aproveitamento dos coprodutos da agroindústria processadora de suco e polpa de frutas para alimentação de ruminantes*. Documentos. n. 220. Petrolina: Embrapa Semi-árido, 2009. 32 p. Disponível em: <http://www.cpatsa.embrapa.br>. Acessado em: 20 de maio de 2017.
- PERONDI, D. *Farelo da semente de maracujá na alimentação de suínos (30-90 kg)*. 2013. 56 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Curso de Pós-Graduação em zootecnia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- ROCHA, G. G.; PATERNEZ, A. C. A. C. Avaliação do teor de ácidos graxos trans em biscoitos e avaliação do consumo por frequentadores de um supermercado de São Paulo. *Rev. Simbio-Logias*, v.6, n. 9, 2014.
- ROSTAGNO, H.S. et al. *Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais*. 3.ed. Viçosa:UFV, 2011. 196p
- SANTOS, J. S. *Resíduo da indústria de biscoito: uma alternativa para alimentação de codornas*. 2014. Dissertação ((Mestrado em Zootecnia) – Universidade Federal de Alagoas. 2014. 35p.

SHAHRYAR, A; AHMADZADEH, H.; LOFTI, A. Possibilities of inclusion of *Saccharomyces cerevisiae* as replacement for fish meal or poultry meat by-product in broiler chicken diet. *Journal of Biology Environmental Science*, v.6, n.18, p.249-251, 2012.

SHITTU, M.D. Replacement value of biscuit dough for maize on performance and nutrient utilization of broiler chickens. *International Journal of Science, Environment and Technology*, v. 5, n.03, p.1057–1065, 2016.

TARDOCCHI, C. F. T. et al. Digestibilidade de resíduos agroindustriais para suínos na fase inicial. *Revista Eletrônica Nutritime*, [s. I.], v. 11, n.6, p.3770-3780, nov/dez. 2014.

TOGASHI, C. K.; et al. Subprodutos do maracujá em dietas para frangos de corte. *Acta Scientiarum: Animal Sciences*, Maringá, v.30, n.4, p.395-400, 2008.

VIEIRA, P. F. et al. Digestibilidade da matéria seca e proteína bruta do Resíduo seco de padaria em ovinos padaria em ovinos. *ARS VETERINÁRIA*, Jaboticabal, SP, V. 24, ARS VETERINÁRIA, Jaboticabal, SP, v.24, n.1. p.53 – 58, 2008.

VOLPATO, R. M. Coprodutos da agroindústria na alimentação de leitões. *Ciência Rural, Santa Maria, Online*. 2014.

ZANETTI, L. R. *Resíduo da semente de maracujá na alimentação de frangos de corte e poedeiras comerciais*. 2015. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. 82p.

